



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0587AB/05	DATA: 17/5/2005
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 20h27min	DURAÇÃO: 05h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h23min	PÁGINAS: 99	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RUY FERRAZ FONTES - Delegado de Polícia.
JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS – Presidiário, ex-integrante da organização criminosa
Primeiro Comando da Capital – PCC.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Grafia não confirmada: Luciê Lili Zá.
A reunião foi transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares esta audiência pública foi convocada para ouvirmos o Dr. Ruy Ferraz Fontes, Delegado de Polícia de São Paulo, que fez um relatório extenso sobre organizações criminosas, o Sr. José Márcio Felício e, se for o caso, para deliberação de requerimentos.

Estando já conosco à Mesa o Dr. Ruy Ferraz Fontes, antes de passar a palavra ao depoente, informo que o tempo concedido será de 20 minutos, prorrogáveis se julgar necessário — a CPI tem sido muito condescendente para que a pessoa possa fazer toda a exposição daquilo que lhe interessa — não podendo ser aparteado durante esse tempo inicial. Posteriormente, os Deputados que estiverem inscritos poderão fazer as perguntas ao Dr. Ruy.

Tem a palavra V.Sa. pelo tempo de 20 minutos. Basicamente, já conversamos um pouco antes, seria a respeito dessas organizações criminosas e, principalmente, se puder, delinear como é que elas conseguem, durante toda essa sua pesquisa, essa sua investigação, especialmente tentando colocar dentro da sua exposição o tráfico de armas como acontece. E armas, quando se fala, é munição, explosivos, armas em geral e tudo mais. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Boa-tarde, Srs. Deputados; boa tarde demais presentes. Eu fui pego um pouco de surpresa e não pude preparar uma explanação, digamos assim, que pudesse oferecer bastante informação para vocês. Mas eu vou falar um pouquinho a respeito daquilo que foi a nossa experiência no que diz respeito à facção criminosa, ou às facções criminosas, que dominam as cadeias do Estado de São Paulo e de outros Estados também. Essa experiência é da Delegacia de Roubo a Bancos, porque ela recebeu o encargo, por parte do Governo do Estado de São Paulo, de fazer esse tipo de investigação. No ano de 2000, descobrimos que os presos haviam se organizado de tal forma que haviam criado um sistema complexo de comunicação, que ligava a telefonia fixa à telefonia móvel, ou seja, eles fraudavam cadastros da telefonia fixa e despejavam os encargos, as contas da telefonia móvel na telefonia fixa, até essas contas estourarem e os aparelhos serem definitivamente desligados, através de um recurso que a telefonia fixa tem, que se chama transferência de chamadas. A partir daí, nós verificamos o nível de



organização que uma das facções, pelo menos, conhecida como o Primeiro Comando da Capital, criada em 1993, no presídio de Taubaté, havia chegado. Dois presos, naquela época, 2000, especificamente, eram os líderes, os principais responsáveis por essa organização. Um deles está presente aqui, é José Márcio Felício, o Geleirão; o outro é o César Roriz, que está preso no presídio de Osvaldo Cruz, e nenhum dos dois hoje é líder. Os dois estão afastados da liderança da organização e estão jurados de morte. Se misturados à massa carcerária, com certeza, eles vão morrer. E aí a gente pode explicar um pouquinho daquilo que a gente viu. Quando nós destruimos, ou pelo menos tentamos desmontar o sistema de comunicação, verificamos a liderança do José Márcio. Ele já aparecia sendo gravado nas interceptações que a polícia fazia naquela época. Verificamos, então, que José Márcio e César Roriz, naquela ocasião, os dois foram transferidos para o Presídio de Bangu, no Rio de Janeiro. E nós nos deslocamos para lá, montamos uma base operacional e interceptamos os telefones que usavam. Nós verificamos, principalmente partindo de César Roriz, as piores barbaridades possíveis, atentados em fóruns... Ele demandava os atentados em fóruns; ele mandava matar, indiscriminadamente, dentro e fora das cadeias; ele se organizava, obtendo dinheiro, naquela época, do tráfico de entorpecentes; e ele se organizava, principalmente, no sentido de obter armas que deveriam ficar guardadas com um líder da ocasião, que estava no presídio de Ribeirão Preto. Nós nunca tivemos acesso a essas armas. Nós nunca conseguimos encontrar essas armas de uma forma completa. Nós apreendemos, aos poucos, as armas do PCC, muitos explosivos, mas nunca tivemos acesso às armas que eram guardadas pelo líder de Ribeirão Preto, que está lançado aqui, que está mencionado no relatório. Então, eles tinham uma organização muito boa. Eles tinham uma excelente forma de comunicação. Eles tinham armas, tinham transporte, ou seja, eles tinham tudo para uma organização criminosa funcionar, e funcionar muito bem. O principal mote desse funcionamento era a comunicação. Eles integravam a ideologia deles através do sistema de comunicação, que foi, que era composto pela telefonia móvel e pela telefonia fixa; passavam a ideologia dele para todos os Estados, não era só para o Estado de São Paulo. Então, a gente verificava, na época, o envolvimento dos presos do Paraná, do Mato Grosso do Sul, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul. E verificávamos, com tudo isso, que a organização crescia. Nós desenvolvemos um



projeto. Esse projeto era para identificar toda liderança de primeiro e segundo escalão e toda a liderança que estava na rua, na ocasião. Isso foi feito nos anos de 2001 e 2002. Setenta pessoas foram presas, diversas armas e explosivos foram apreendidos. Eu quero adiantar que nós temos um problema muito sério, porque os explosivos usados em pedreiras são constantemente subtraídos na fonte, nas pedreiras, e 100 quilos, 200 quilos, 300 quilos de explosivos desaparecem. Eles chegaram a tentar utilizar parte desse explosivo. Ele foi apreendido na mão do PCC em Campinas. E isso tudo gerou um problema muito sério para a polícia em 2002. Nós identificamos toda a quadrilha, toda a organização criminosa; conseguimos o indiciamento com prova, baseado em interceptações telefônicas, na ocasião, com a exceção de um homem, que fazia parte da liderança mas contra ele não tínhamos provas, que se trata do Marcola, o atual líder da organização criminosa. O nome dele é Marcos Willians Herbas Camacho. Naquela ocasião, ele não foi indiciado. Mas o José Mário Felício, ainda cabeça da organização, de dentro do presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, através das visitas e dos advogados, emitiu diversas mensagens determinando atentados, às vésperas da eleição, e determinando um atentado à bomba na frente da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Nós conseguimos interceptar essas mensagens, conseguimos prender a mulher do José Márcio e conseguimos prender algumas outras pessoa que nos levaram a um indivíduo chamado Nilson, que estava preso em Iaras, e esse Nilson resolveu entregar os explosivos e, de fato, entregou em Campinas. Os explosivos foram apreendidos e foi impedido este atentado, que não tinha a intenção de ferir, mas, com certeza, tinha a intenção de causar um impacto na mídia, o que era seríssimo, porque era véspera ou 10, 15, ou talvez 20 dias das eleições. Isso foi impedido. O José Márcio caiu em descrédito diante da sua organização naquela ocasião, e, deprimido, ele resolveu falar tudo aquilo que sabia a respeito da organização. Ninguém melhor do que ele conhece hoje e conhecia a organização, na ocasião. A palavra dele denunciou o Marcola. Nós tivemos a possibilidade de indiciar, e o Ministério Público denunciou. A denúncia foi aceita contra o Marcola. Ele passou a fazer parte do processo que punia essa organização criminosa e que pune essa organização criminosa. Está à beira do desfecho. Ele conseguiu apontar alguns advogados que faziam parte da organização e que permitiram, na realidade, que se emitissem algumas ordens de prisão contra esses advogados. Alguns deles estão



até condenados agora. Mário Sérgio Mungiolli é um deles. Foi surpreendido pegando mensagens do Marcola, do Marcos Willians, para toda a organização. Nós conseguimos interceptar o áudio e o vídeo da visita dele no presídio de Presidente Bernardes e de lá obtivemos todas as provas. Quem nos deu as indicações foi o José Márcio. Então, ele é um indivíduo que, na ocasião, cumpriu a palavra dele, fez com que nós déssemos um salto muito grande e possibilitou a identificação de outros líderes; e possibilitou, mais que a identificação, que a gente obtivesse a prova necessária para que eles fossem indiciados. Isso foi muito importante para a investigação. A investigação não terminou. Atualmente, temos um projeto que está em andamento, que visa diversos aspectos, diversos fatores. E o que é mais grave: recentemente, há questão de 8 meses, surpreendemos parcela da quadrilha do PCC, 11 homens, cada um deles com um fuzil, todos com coletes à prova de balas, a beira de fazer um resgate no presídio de Franco da Rocha. Eles iam tirar um criminoso que era carioca, que estava preso ali, eles iam fazer um resgate desse prisioneiro de Franco da Rocha. Nós surpreendemos, tivemos um tiroteio, um dos indivíduos acabou morrendo, os outros 10 foram presos, todos eles recolhidos no presídio. E nós apreendemos, olha, granadas, fuzis foram uns 10, mais ou menos, com essa quadrilha, com essa parcela, com essa célula do PCC, que tinha o objetivo único de fazer esse resgate em Franco da Rocha. Isso foi muito sério, porque demonstrava que o PCC, apesar da ação da polícia, vinha se reorganizando. E hoje a gente já tem a informação de que se reorganiza, não com tanta agressividade, porque os atentados, que foram muito comuns nos anos de 2002 e 2003, não voltaram a acontecer, mas tivemos uma, pelo menos do nosso ponto de vista, uma triste notícia, porque um dos opositores do Marcos Willians Herbas Camacho, que era o Sandro Henrique, o Gulu, acabou sendo morto, com todos os seus seguidores, dentro do sistema prisional recentemente, há coisa de 3 ou 4 semanas atrás. Isso torna hegemônico o poder do Marco Willians dentro do PCC, dentro do sistema prisional. Porque o único opositor dele na ocasião, do próprio PCC, era o Sandro. Ele conseguiu obter, angariar a boa vontade de todos os participantes do PCC, fazendo com que alguns presos executassem essas 9 pessoas que estavam ligadas ao Comando, tornando-se hegemônico no poder, tomando a liderança de forma ampla para ele, Marcos Willians. A gente está desenvolvendo um projeto, esse projeto faz parte de uma investigação que está em



andamento na delegacia, com o objetivo exclusivo de tentar eliminar esse poder, agora hegemônico, que o Marcos Willians tomou sobre toda a organização. Eu queria dizer o seguinte, é muito extenso todo esse trabalho. É lógico que, o que eu puder responder, nós vamos responder como pergunta, mas o nosso maior problema hoje são 2. Esses 2 problemas são os que estão impedindo que a gente isole essas lideranças na cadeia. O primeiro deles, e o mais sério, chama-se comunicação, telefonia celular. Eu queria que os senhores tomassem conhecimento dos nossos arquivos. Eu posso dizer o seguinte, que dentro das 27 maiores penitenciárias do Estado de São Paulo, nós contamos com mais de 1.200 telefones celulares que estão espalhados. É simplesmente impossível interceptar o fluxo de comunicação que vaza por esses 1.200 celulares. É impossível. Nós precisaríamos de pelo menos 3 homens para cada celular, diuturnamente, para conseguir obter todas as informações que saem de lá. Esse é um problema seríssimo que estamos enfrentando e que acabamos não encontrando uma resposta por parte do Poder Público, porque nós tínhamos que encontrar uma resposta no sentido de impedir que essa comunicação saísse de dentro do presídio. Isso para nós tem sido um caso muito sério.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E os bloqueadores?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não funcionam. Não funcionam. Olha, nós encontramos alguns presos que têm...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado, eu entendo a curiosidade, mas agora não pode apartear, apesar de ser...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, eu sei, por isso que eu deixei.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Nós tivemos um problema seríssimo com os bloqueadores. Os presos inventaram uma antena e, com um cabo de vassoura, eles passam por cima do muro do presídio e falam. É impressionante a capacidade tecnológica que eles têm para poder suprimir ou pular o obstáculo que se chama bloqueador. Eu acho que o mais interessante é que, próximo dos presídios, não tivesse antena que servisse o sinal para os telefones celulares. Eu acho que seria o mais importante. Mas, independente disso tudo, o que organiza os presos dentro da cadeia, o que traz, o que chama o preso para um ideal comum, que para ele se



traduz na paz, justiça e liberdade, de uma forma falsa, entre aspas, porque o objetivo deles é o crime... Se a gente tiver condição de ouvir todos esses celulares, 90% do fluxo de comunicação diz respeito a crime, não diz respeito a outra coisa. Todos os crimes recentes de grande monta partiram de dentro da cadeia. Os grandes líderes obtêm, das suas fontes de informação, dados para que os crimes sejam cometidos na rua, e são cometidos a mando deles. E parcela desses crimes ou do resultado desses crimes são destinados à caixa do PCC e são pulverizados em centenas de contas bancárias em diversos bancos. Nós temos um inquérito que só faz o levantamento desse tipo de pulverização de dinheiro. Todas as pessoas, todos os criminosos na rua têm a obrigação de contribuir com 500 reais, e todos os criminosos internos têm obrigação de contribuir com 50 reais para essa caixinha. Todo crime cometido que rende muito dinheiro, parcela desse dinheiro é destinada aos líderes do comando, como já era em 2000 e 2001. Isso a gente já observava nos relatórios de 2000 e 2001, que isso acontecia. Isso é muito importante, por quê? Porque esse dinheiro tem retornado para o crime, tem retornado para a aquisição de armas. Eles se preocupam muito em estabelecer... Eles dividiram, por exemplo, a capital de São Paulo em 4 áreas, em que as pessoas em liberdade têm a responsabilidade de cuidar do tráfico de entorpecentes nessas áreas, das armas que são do PCC e, mais ainda, tomaram parte do transporte alternativo em São Paulo, as peruas que fazem o transporte alternativo em São Paulo, e lá eles começaram a lavar dinheiro do crime. Isso foi um passo muito sério que eles deram nessa direção, o que cria um problema para a gente, porque, daqui a pouco, esse dinheiro do PCC vai estar com caráter ou com cara legal e vai ser muito difícil a gente demonstrar que ele não é legal, que ele vem do crime. Então, o nosso objetivo é atracar todos esses pontos em São Paulo. O projeto é esse. Mas nós dependemos, eu acho que, é lógico, dos Srs. Deputados que estão aqui presentes, que possam fazer uma pressão no sentido de a gente tentar impedir que essa comunicação chegue dentre dos presídios. Eu acho que basicamente é isso que eu possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para deixar claro, doutor, o senhor falou 2 pontos: um é comunicação, o outro seria lavagem de dinheiro.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, o outro seria, perdão, as armas. As armas estão sendo adquiridas pelas facções, ou por essa facção exclusivamente, e



estão sendo alocadas nas áreas de influência do PCC dentro da Capital, norte, sul, leste, oeste, no litoral de São Paulo e algumas regiões do interior. Então, a gente encontra um líder do PCC na área leste, que eles tratam pelo nome de piloto, que se responsabiliza pela guarda das armas. A gente ouve isso nas interceptações telefônicas. Há muito dificuldade, porque não há colaboração por parte das operadoras de telecomunicação em atingir, em chegar nesse celular que recebe essa comunicação, ou seja, chegar nesse líder que está na rua e que guarda essas armas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A afirmação do Dr. Ruy é grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Diz que as operadoras não estão colaborando. Então, as operadoras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Chamou a atenção de todos nós.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que a Comissão devia tomar providências. Eu acho que nós devemos decidir por aqui, entendeu, votar um requerimento da Relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se V.Exa. quiser formalizar, nós podemos votar extrapauta até.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está formalizado. Vamos votar e decidir, porque as operadoras não podem impedir a ação policial. Quer dizer, não é a primeira vez. Eu já tinha visto uma declaração do Dr. Ruy, anteriormente, que as operadoras não têm colaborado com a polícia. Quer dizer, o inverso é verdade: se não tem colaborado com a polícia, tem colaborado com o crime!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está certo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu pedi à assessoria da Comissão... O Deputado vai preparar um requerimento para que todos os



Deputados possam assinar, convidando todas as empresas de telefonia celular para uma reunião da Comissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Permitam-me, eu acho que não seriam todas, aquelas que Dr. Ruy disse que estão encontrando dificuldade, porque não são todas que estão colocando óbices.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, é melhor o Dr. Ruy dizer, se ele puder dizer, quais são.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Na realidade, as operadoras, as principais, aquelas que são mais usadas em São Paulo, são a Vivo, a BCP, a Claro, que é a que causa maior problema, porque o departamento jurídico deles é no Rio de Janeiro, e qualquer questionamento jurídico ou judicial em torno de se conseguir uma autorização judicial tem que ir para o Rio de Janeiro. Demora horas, não volta com a resposta muito clara...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - BCP, Claro, e qual é a outra?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - E a Tim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a Tim?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - E a Tim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vivo, Claro e Tim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Vivo tem atendido? A Vivo tem atendido?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - A Vivo, ela atende as...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vivo, Claro e Tim.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - A Vivo é a principal, é a que mais cria problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Também cria problema.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vivo, Claro e Tim.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É a que mais cria problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As 3, então?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - As 3. As 3.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, acho que a nossa Comissão tem que tomar essa providência, e talvez, inclusive, Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos, depois de, não oficialmente, mas conversar com o Dr.



Ruy quais são os números de que ele precisa, e nós podemos pedir, pela Comissão, esses números de que ele precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida nenhuma. V.Exa. assumiu bem o espírito da Comissão. Nós queremos ver celeridade nisso, e basta ver o que aconteceu no Paraná ontem — se não me engano, foi ontem — onde um carro cheio de armas foi preso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Arma e munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, esta reunião de hoje da CPI considero-a das mais importantes, porque vai falar sobre o tráfico e a organização para o tráfico, com a autoridade de quem fez o levantamento, o Dr. Ruy, e com a pessoa que participou do esquema, que, segundo notícias que nos dão, estaria disposto até a colaborar com a CPI. Então, vai ser uma reunião de fundamental importância nessa luta que, volto a dizer, estamos só começando, porque ainda tem muita coisa. Nem começamos a quebrar os sigilos ainda, só para se ter uma idéia. Ainda temos que votar todas as quebras de sigilo, que já temos aí vários que solicitaram essas quebras de sigilo. Ainda vamos fazer essas votações. Mas eu gostaria de passar o tempo aos Deputados. A folha de inscrição está onde?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como a Deputada Laura está substituindo o Relator, ela teria condições de entrar a qualquer hora que quisesse. Mas, vamos começar pelo Deputado Carlos Sampaio, o primeiro da lista de inscrição. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, demais colegas Deputados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pela ordem, Presidente. Ela não está substituindo o Relator? Ela tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela tem, a qualquer hora que solicitar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu posso perguntar a hora que quiser, não tem problema não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A qualquer hora que ela solicitar, ela entra.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Deputado Carlos Sampaio é Relator comigo, e conhece até mais que eu. Trabalhamos juntos na Comissão de Segurança, num relatório que só tratou do PCC. Ele era o Presidente da Comissão e eu era a Relatora. Então, ele entende tão, ou muito melhor, do que eu, até porque é de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para o Deputado Arnaldo Faria de Sá saber, antes, perguntei à Deputada Laura, por isso passei ao primeiro da lista.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, caríssimo Dr. Ruy, quero agradecer, inicialmente, sua disponibilidade em, mais uma vez, contribuir. Como a Deputada Laura disse, coube-me a missão de presidir uma Comissão que investigou o PCC e o Comando Vermelho no País e, através de todos os dados que nos foram fornecidos por V.Sa., pudemos ter uma aferição exata da sistemática do PCC no Estado de São Paulo. Isso foi fundamental para os nossos trabalhos, particularmente para a Relatora, a Deputada Laura Carneiro. Algumas colocações feitas hoje por V.Sa. realmente assustaram a todos, particularmente essa última, com relação à falta de contribuição das operadoras, o que faz com que todos nos unamos nas ponderações do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Agora, alguns fatos me preocupam. O primeiro deles se refere ao fato de que o maior problema hoje enfrentado é justamente o da comunicação: aproximadamente 1.200 celulares em 27 unidades prisionais do Estado de São Paulo. Muito se diz, e eu não sei até quanto isso é ou não real, que a colocação desses celulares nessas unidades, por vezes, é até engendrada, pensada como uma forma de se permitir a interceptação e, portanto, não se cria um mecanismo para impedir por completo. Veja, estou dizendo, como se fala na gíria, por ouvir dizer, não tenho essa prova, longe disso, mas ouço que celulares são colocados para que a interceptação ocorra e para que a polícia possa evitar casos, como esses que foram evitados, dos explosivos lá em Campinas. Então, a primeira pergunta é a seguinte: de fato, falta boa vontade do Poder Público em impedir, e quais seriam as medidas factíveis para se impedir, ou há um misto de falta de boa vontade com a necessidade de se ter realmente uma certa “liberalidade” — entre aspas — para que se possa fazer interceptações e evitar que situações ainda piores venham a ocorrer?



O SR. RUY FERRAZ FONTES - Na realidade, enquanto se falava em 10, 15 celulares, seria até razoável que a gente deixasse esses aparelhos funcionando dentro do sistema para que obtivéssemos informações a respeito desses criminosos, mas hoje nós falamos em 1.200. Não há como controlar o fluxo de toda essa comunicação, porque eles funcionam 24 horas por dia. Não há como a gente impedir qualquer coisa que tente acontecer e que esteja direcionado para um celular porque outros tantos estão na cadeia, principalmente com o advento do *chipzinho*, que agora eles substituem e tal.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ou seja, se num primeiro momento se fazia isso como uma técnica para se apurar, na interceptação, eventuais crimes que iriam ocorrer, hoje saiu do controle. Em suma é isso?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Saiu do controle. Saiu do controle. Não tem como a gente acompanhar, não existem policiais suficientes dentro do Estado de São Paulo para acompanhar toda a comunicação que sai de lá de dentro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A entrada desses celulares se dá com a participação de agentes penitenciários? Quer dizer, eu não consigo imaginar uma outra forma que não a convivência de agentes públicos, sem querer, obviamente, colocar na mesma vala todos os agentes, que não é a regra. Sabemos que são exceções. Mas, sem essas exceções, qual seria o mecanismo para que esses celulares entrassem nas unidades?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, nós verificamos diversos mecanismos. Uma pouca porcentagem é a colaboração dos funcionários. A maior massa de celular entra com as visitas. É introduzido nas vaginas das mulheres. Essa foi a maior constatação que nós fizemos. Eu tenho gravado... Até, às vezes, um aparelho pequenininho. Eu tenho gravado uma tabela de preço que a mulher cobra para introduzir o celular dentro da cadeia, e é quase que impossível detectar. Uma revista íntima dessa criaria um problema seríssimo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não é questão de má vontade na revista, porque é impossível mesmo se aferir isso.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Seria difícilimo se aferir, a menos que ele tivesse uma máquina e pudesse radiografar a pessoa e constatar a presença do equipamento lá, porque, de outra forma, não seria possível. Essa é a forma que eles mais utilizam para entrar ou para introduzir o celular dentro das cadeias.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Dentro do seu conhecimento nessa área, o que o senhor teria a sugerir como um mecanismo eficaz para se evitar a entrada de celulares dentro das unidades, uma vez que o bloqueio, realmente, já que eles criam mecanismos que impedem até mesmo que o bloqueio tenha sua eficácia verificada?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado, permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Acho que a própria resposta anterior do Dr. Ruy demonstra que nós temos que alertar o Ministério da Justiça que o presídio tem que ser construído num lugar que fique distante totalmente, que não fique na cidade, e que possa ocorrer o bloqueio total. Acho que o Dr. Ruy já deu a senha.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, me permite só, Deputado Arnaldo, na verdade deu a senha para a questão do bloqueio, mas para como entra o celular não tem nada a ver com o bloqueio. Aí eu pergunto: qual seria a alternativa?. Porque ele disse, a não ser que nós tivéssemos um aparelho...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se se conseguir o bloqueio, não adianta a entrada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Se não funcionar, não adianta entrar o celular no presídio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas e os que existem hoje?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só para que nós tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei que todos estão tentando colaborar, mas a palavra está como Deputado Carlos Sampaio. Deixem ele continuar na idéia dele para poder...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se me permite, Presidente, eu entendo o aparte feio pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas, dentro de um critério bastante lógico, por mais que venhamos a construir presídios em locais onde... É uma realidade bastante distante. Eu estou falando agora. Qual seria o mecanismo para impedirmos ou tentarmos minimizar a entrada, porque, construirmos presídios onde os bloqueios realmente funcionem, para que isso se



torne uma realidade no País, estamos falando num projeto a longuíssimo prazo. Eu digo a curto prazo, ou a médio prazo, o que nós podemos fazer dentro dos Governos Estaduais? Que sugestões poderíamos dar para evitar isso? Porque, se num primeiro momento, usavam como desculpa o fato de que é bom para interceptar, é o que o senhor disse: o início era assim, hoje saiu do controle.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É, na realidade eu acho que, de imediato, por exemplo, a nível do Estado de São Paulo, isolar aqueles presídios que estão construídos já mais distantes, que existem já mais distantes, e destacar as antenas de celular das proximidades deles. É a única forma de impedir. É muito difícil você pegar um presídio com duas mil visitas e revistar as duas mil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas esse isolamento dos mais distantes, por que não acontece?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Bom, eu não sei. Eu vou dar um exemplo de como é que funciona a telefonia celular hoje. Hoje, o lugar, no Rio de Janeiro, que tem mais antena de celular é em volta do Complexo de Bangu, porque o maior fluxo de comunicação sai de lá, por incrível que pareça. Ou seja, eu vou dar outro exemplo na contramão disso. Existe um presídio ali próximo de Presidente Venceslau, no Estado de São Paulo, em que não tem antena de celular. Lá não tem telefone. E nós temos presídios nessas condições que podem impedir, ou seja, tirando determinadas antenas, impedir que a comunicação se estabeleça a partir daquele presídio pra fora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É uma vontade tão-somente do Poder Público ou tem que ter uma participação das operadoras ou de alguma coisa...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu acho que uma participação muito forte da sociedade, que vai ter que, em determinado momento, compreender que ali ele não pode ter o sinal do celular, por questão de segurança. Eu acho que existem alguns lugares no Estado de São Paulo em que isso é possível.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, e tem um certo aparelho...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quantos seriam esses presídios no Estado de São Paulo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, eu diria que dá para chegar aí em pelo menos 50% dos presídios. Estão bem afastados e possibilitam esse tipo de...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa só eu colocar, pra quem por ventura nos ouve e não entende porque está se falando tanto em celular: porque é dos celulares que faz toda organização pra comprar armas, pra comprar drogas e...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Segunda maior conseqüência colocada exatamente pelo Dr. Ruy.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aquisição de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só pro pessoal entender que V.Exa. está correto na argüição.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A ação decorre justamente, Sr. Presidente, do fato de ele ter descrito que os 2 grandes problemas que hoje enfrentamos com relação à ação do PCC, um é a comunicação, e o segundo, o fato de essa comunicação gerar o quê? A possibilidade da aquisição de armas, e de armamento pesado.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu vou dar um exemplo muito específico, talvez porque, lógico, os Srs. Deputados não têm experiência com isso. E por que o celular hoje não serve pra gente? Eu vou dizer: eles combinam alguns códigos. Então, o João está conversando com o José — o José está fora do presídio e o João está dentro. Ele vira e fala assim: *“Ô, José, vai buscar lá aquelas armas; você já sabe com quem e você já sabe aonde”*. A ordem saiu de dentro do presídio e nós não sabemos... e a operadora de telecomunicações não localiza esse celular do José, tá? Ele vai dizer pra mim, assim: que ele está na estação rádio-base da zona sul, que compreende 3, 4 quilômetros quadrados ou, talvez, uma população de 1 milhão de habitantes. Eu não consigo encontrar. Então, ficaria impossível. O que adianta pra mim ter essa informação se não sei com quem e nem aonde? É um trabalho extenso. Pra eu conseguir determinar uma pessoa através do celular eu levo 2 meses de investigação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma última colocação. A gente tem visto um aumento do número de seqüestros, particularmente na nossa região. Com a prisão do Andinho e de todos os marginais que junto com ele atuavam numa onda de seqüestro em São Paulo, havia diminuído bastante. A agora voltou. E se diz que esses seqüestros, novamente, têm um grande vínculo com o PCC, que os



comandos para que os seqüestros ocorram e até mesmo a escolha da vítima é feita de dentro pra fora, pra justamente viabilizar recursos pro PCC. Isso é fato?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Cem por cento correto. Eu dou um exemplo, que esse é factual. Um dos grandes seqüestradores do litoral, eu não me recordo o nome dele agora, o apelido dele, a alcunha dele é Bin Laden. Ele é o terceiro escalão do PCC. Tudo que ele faz ele se reporta ao indivíduo que está na rua: chama-se Carioquinha. Márcio de Oliveira o nome. E o Márcio de Oliveira se reporta para o Marcolinha, que é o Robson, que é o braço direito do Marcola. Esse é o caminho, o trajeto das informações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma colocação. Agora que o senhor falou do Marcola e eu me lembrei: ele tinha um grande opositor, que era o Sandro. Alguma medida foi tomada no sentido de se preservar ou garantir a integridade física do Sandro, sabendo-se que ele acabava sendo um grande aliado, digamos assim, da polícia, na medida em que se opunha ao Marcola?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Na realidade, era uma oposição dentro da mesma facção. E nunca o Sandro chegou a pedir qualquer garantia de vida. E pra nós, pelo menos pra nós, na capital, que estávamos distantes do Sandro — o Sandro estava preso em Mirandópolis, o Marcola em Araraquara —, foi uma surpresa a morte do Sandro. O que a gente tinha conhecimento é que o Sandro se opunha a medidas que o Marcola tomava dentro do partido. E ele era uma oposição ao Marcola. Ainda que não fosse uma oposição que pudesse, na nossa cabeça, gerar a morte ou as mortes...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Gerava uma dissidência.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - ...gerava uma dissidência, que era importante, porque ele não ficava hegemônico no poder. Hoje é hegemônico.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E, por último, só pediria a contribuição, mais uma vez, de V.Sa. Nós vamos fazer uma diligência no Estado de São Paulo — a data ainda vai ser marcada pelo Presidente —, e nós precisaríamos conversar depois, reservadamente — eu pediria ao Presidente isso. Que alguns nomes nos fossem sugeridos, pra que pudéssemos realmente avançar no combate ao tráfico internacional de armas. E eu tenho certeza que o senhor poderia contribuir muito, com algumas sugestões, pra que essa diligência, que vai tomar 2 dias desta



Comissão, fosse uma diligência que tivesse, realmente, resultados práticos. Eu agradeço muito as respostas de V.Sa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra a Primeira Vice-Presidente, que hoje ocupa o lugar do Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dr. Ruy, primeiro agradecer, em nome do Sr. Relator, a presença de V.Sa. hoje entre nós, e dizer da importância do trabalho que o senhor faz em São Paulo e de todas as contribuições que têm dado para esta Casa legislativa. Por outro lado, muito também na prática, a pergunta é: o senhor disse que a maioria dos celulares — vamos voltar ao ponto dos celulares — são escondidos nas vaginas femininas, quando da visitação. Não é possível aquele raio x? Por que se no aeroporto a gente passa com o celular e faz aquele *bip* danado. Que, minimamente, nós não podíamos obrigar, quem sabe numa legislação específica, que... Bom, não precisa nem ter legislação pra isso. Mas, se for necessário, eu tenho certeza que a gente poderia fazer isso num regime de urgência, quase que imediatamente, obrigando os governos estaduais a manterem em todas as penitenciárias, presídios, etc., etc., um aparelho de raio x. Eu acho que isso minimizava a questão do telefone celular pra visitação com muita facilidade. Ou eu estou enganada?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, está certa. O equipamento, aquele equipamento sensor que verifica se tem alguma coisa de metal ou semelhante ao metal, ele não tem a capacidade de captar o celular no corpo humano. Eu vou dar um exemplo prático. Eu tive artrose. Eu tenho duas próteses metálicas nas pernas, que são enormes, muito maior que um celular, e o equipamento no aeroporto não detecta essas próteses. Eu passo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então não existe nenhum...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Existe um equipamento, talvez, de raio x. Eu não sei se a gente poderia estar expondo as pessoas ao raio x, assim, diuturnamente. Mas que, com raio x, com certeza conseguiria visualizar aquela forma...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas tem alguns aeroportos do mundo — se não me engano, eu vi acho que no Japão ou em Hong Kong isso — que você passa... É uma televisão.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu acho que nós temos tecnologia pra isso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tem nada. Você não passa por nada, é só a televisão, é uma câmara que te filma. É como se fosse uma ultra-sonografia do teu corpo. É uma ultra-sonografia.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Exatamente. É, exatamente esse seria o ideal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu acho que não tem muito jeito, porque, na medida em que o senhor diz que, vamos dizer, aquela esteira não funciona — aquela esteira não, aquele negócio...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É um arco, aquele arco com sensor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aquele arco não funciona... Se bem que, aquele arco, de alguma maneira se estabelece qual é a densidade que você quer atingir ou não. Se você puser no máximo será que não aparece? Eu não sou especialista, mas o senhor deve...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele vai ficar muito sensível e vai começar a disparar à toa. Você não vai saber se tem ou não tem, na realidade. Ele é impreciso, na realidade. Talvez pra uma arma ele fosse eficiente; um aparelho de celular, não. Eu dou um exemplo. Se você estiver com um relógio e for entrar, passar pelo arco, se puser a mão em cima, o relógio não é detectado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não sei se foi muito bom que as pessoas saibam disso. Armas, enfim, agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é bom porque os bandidos já sabem disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, a gente é que não sabe, está certo. É verdade. Às vezes eu ainda tenho uns rasgos de inocência. Diga uma coisa pra mim: o senhor citou... Quer dizer, a questão de Bangu I. Bangu I, só pra lhe explicar, está dentro de uma comunidade gigantesca. Como o senhor disse, é uma região com 600 mil pessoas que não são bandidas, então, têm que ter o direito de ter celular. Ele fica no meio de um bairro absolutamente populoso da cidade do Rio de Janeiro. Então, é impossível não ter antena de telefone do lado de Bangu, porque Bangu é dentro de Bangu. Só pra o senhor ter uma noção, são 2 Deputados — quer dizer, agora um. Mas, pelo menos, tínhamos 2 Deputados Federais eleitos por essa região, pra vocês verem o tamanho da região. Mas, voltando, o senhor sugeriu que



as operadoras de alguma maneira pudessem... Isso que eu quero entender. Elas só informam a localização do piloto?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Da antena de onde está partindo o sinal, que cobre uma área de 2, 3 quilômetros quadrados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos chamar as operadoras aqui. O que a gente tem que pedir? Quer dizer, que forma também elas vão ter de que essa cobertura seja infinitamente inferior, a ponto de vocês detectarem quem é o piloto?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu vou dar um exemplo. Hoje, a Vivo, em São Paulo — eu não sei em outros Estados —, oferece um serviço de localização. A Nextel também. E isso é a propaganda que aparece no comercial que aparece na televisão: Olha, a senhora dê um celular pro seu filho. Você pode localizar ele em qualquer lugar, tem um mapa, tem a rota.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é um celular que tem GPS.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, não. É o programa de computador que localiza o sinal do celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É só má vontade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então é má vontade. Literalmente, é má vontade.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu não consigo dizer. Eu vou dar um exemplo aqui que eu acho que é de a gente se assustar. Eu tenho um colega em São Paulo. Eu conversei com ele há questão de 4, 5 dias atrás — aliás, ele é do litoral —, e ele fez um contato comigo pra trocar umas idéias sobre tecnologia. Por quê? Porque ele estava atendendo um seqüestro e ele descobriu que o telefone que o criminoso usava pra se comunicar com a família, ele tinha 3 clones, além dele mesmo, além do telefone mesmo, e que a operadora estava dizendo que não conseguia interceptar nenhum dos quatro. Como que não consegue interceptar, o sinal está chegando na central dela?! Isso é impossível de se conceber. Aí eu falei pra ele: *“Olha, tem alguma coisa errada nessa informação da operadora. Pressiona, porque sai”*. Aí ela conseguiu já interceptar um ou dois, depois da pressão que foi exercida. Ou seja, parece que existe uma lentidão, uma má vontade em se contribuir com tudo que acontece.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que é uma grande, se não omissão de socorro ou prevaricação...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É quase que uma omissão de socorro. Esse é um exemplo do que eles indicam como problema técnico pra não oferecer a informação, o que é necessário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, por outro lado, o senhor disse que — me pareceu pelo menos, acho que é verdade — vocês têm toda uma análise. Nós tivemos oportunidade, eu e o Deputado Carlos Sampaio, de acompanhar isso já na Comissão de Segurança. Vocês, efetivamente, têm um acompanhamento grande do PCC, sabem onde estão os pilotos ou, pelo menos, sabem os celulares, sabem os passos. E, além da questão dos celulares, o que é que falta? Que condições são necessárias? Ou seja, até que ponto essa CPI pode auxiliar pra que, efetivamente, a Polícia de São Paulo esteja capacitada a chegar a esses homens, além da questão das operadoras de celular, que eu acho que é um ponto absolutamente importante? Mas deve haver outros indicadores que possam facilitar esse trabalho.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, a Polícia de São Paulo tem feito o possível pra tentar acabar com a facção. Ocorre que eu acho que nós tivemos um período muito longo em que não se deu muita atenção pra esse assunto, no passado — não é um passado muito recente — e que criou um ideal, idealismo maluco entre os presos. Os presos dão a vida por uma missão e, quando eles chegam na delegacia, eles falam isso na cara da Polícia: *“Não, era uma missão que eu tinha que cumprir. Eu joguei uma granada no fórum de Osasco. Eu matei um Juiz, o Dr. Machado, em Presidente Prudente, porque era uma missão. Eu não tenho mais nada a falar a respeito desse assunto”*. Eu acho que a gente tinha que encontrar — e aí é uma questão social e psicológica...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Psiquiátrica, eu diria.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - ... psiquiátrica também, de tirar da cabeça desse povo, que mal tem passagem, mal passou por uma progressão criminosa, que eles devam agir dessa forma. É impossível, a gente não conseguiu entender como é que um menino de 18 anos pegou uma granada, sacou o pino e jogou no fórum de Osasco. Jogou no fórum de Itaquera. Tinha passagem: tinha uma passagem por furto. Como é que eles deixaram um carro com 20, 30 quilos de explosivo no pátio



do fórum da Barra Funda, fórum criminal da Barra Funda? Eram pessoas que mal estavam ligadas, pelo menos não tinham antecedentes criminais que os ligassem ao crime, mas que cumprem missões como se fossem ou se tivessem sido preordenadas, desde criança, pra esse fim. Eu acho que a questão ainda é... eu acho que o buraco aí é mais em baixo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pois é. O Deputado Carlos Sampaio está falando, mas, necessariamente, isso não se faz por medo ou por ameaça à família ou por alguma forma de intimidação?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, nesses casos, não. As pessoas estavam plenamente identificadas com a liderança do PCC e cumpriam ordens como se aquele fosse o guru deles, ou seja, a linha do caminho que eles tinham que seguir.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, são os valores que são inculcados mesmo.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Exatamente, os valores.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor disse que parcela dos recursos de todos os crimes cometidos vão, parte desse dinheiro, vai pro, vamos dizer, pro comando...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Pra liderança.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pra liderança, não é? No caso, tudo é coordenado pelo Marcola, não é isso?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Isso. Hoje está nesse pé.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Geléia, direciona ele. Na organização, em que pedaço ele estava? Onde é que ele estava? Era um dos 3 maiores, quer dizer, era um daqueles três que o senhor disse, da seqüência? Quem era o Geléia? Até pra gente entender até onde ele sabe e como é que ele vai poder contribuir daqui a pouco, se é que vai.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele era o Marcola de ontem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, ele era o Marcola...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele era o Marcola de ontem. Quem assumiu o lugar dele... o Marcola acabou assumindo o lugar dele quando nós atacamos a organização de uma forma geral, e ele acabou caindo em desgraça por causa do



erro que cometeu quando mandou fazer o atentado na Bolsa de Valores e foi surpreendido pela polícia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele era o Marcola de ontem. Então, sabe tudo.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Era o Marcola de ontem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, essa é uma sessão, será uma sessão complicada. Bom, vamos continuar aqui. Até que ponto vocês têm o rastro dos recursos que são advindos dessa organização e até que ponto esta Comissão pode auxiliar, seja na quebra de sigilo, que é mais rápida, bancário ou mesmo telefônico? Eu acho que telefônico... Nós já conversamos de forma reservada. Eu acho melhor ficar de forma reservada, mas, na parte de sigilo bancário, até onde esta Comissão poderia auxiliar os trabalhos da sua delegacia?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, assim, no que diz respeito à quebra de sigilo bancário, nós não temos problema. Nós temos um ótimo relacionamento com os bancos, que colocam sempre em primeira análise tudo aquilo que nós pedimos pro Judiciário. O Judiciário, imediatamente, ele quebra o sigilo das contas bancárias, e o banco, os bancos, principalmente o BRADESCO, a Caixa Econômica Federal, onde estão alocadas o maior número de contas utilizadas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Caixa e BRADESCO.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Caixa, porque ela está presente em toda localidade — esse é o motivo. Eles têm quebrado, têm nos ajudado a rastrear tudo aquilo que é muito necessário. E todos, tanto um banco quanto o outro, eles têm uma capacidade técnica muito boa em ajudar a localizar tudo isso. Só que, por falta de organização dos preços, as contas são às centenas, aos milhares. E elas não são nem alaranjadas. O que são as contas do PCC? Eles pegam um indivíduo qualquer que faz parte da comunidade, na rua, e obrigam esse indivíduo a ir prestar conta. Então o indivíduo mal sabe porque o dinheiro entra e porque o dinheiro sai. E essa conta é usada 2, 3 vezes e passam pra próxima conta, passam pra outra conta, pra outra conta... Então, nós temos centenas de contas lá em que nós estamos pedindo a quebra de sigilo bancário. Eu não sei como eles conseguem, na realidade, eu queria entender. Temos contabilidades apreendidas. A Secretaria de Administração Penitenciária acaba prendendo essas contabilidades dentro do presídio e nos encaminha. Faz parte dos inquéritos policiais que estão em



andamento hoje. Eu não sei como é que eles conseguem controlar, na realidade, esse dinheiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso o que eu ia dizer.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É uma maluquice! É desorganizado o negócio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não é desorganizado. Tem que ser organizadíssimo: ter um sistema de informática, com um programa. Tem que ter alguma coisa. Tem que ter um escritório central onde isso tudo é movimentado.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Cada piloto de unidade é um escritório central de contabilidade que faz as anotações dessas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quantos pilotos teriam, por exemplo, o Estado de São Paulo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, cada cadeia tem diversos raios. Cada raio tem um piloto e cada cadeia tem um piloto principal. Então, nós encontramos, em termos de liderança, 10, 11 por presídio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dez, onze pilotos por presídio.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Se a senhora puder multiplicar por uns 60 estabelecimentos prisionais que nós temos hoje em São Paulo, a senhora vai ver que vamos tendo umas 700 pessoas que são encarregadas da administração disso tudo. Isso dentro do sistema. Nós temos pilotos fora do sistema também. Eles dividiram a Capital de São Paulo em áreas de influência — Norte, Sul, Leste e Oeste —, e cada um comanda a sua área, com pilotos que estão abaixo dele na hierarquia deles, uma hierarquia piramidal mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Portanto, 700. Hoje, o senhor diria, como análise...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Se multiplica: 800, 900 pessoas hoje administrando o PCC e prestando contas de forma tal que chega tudo ao Marcola.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, antes, ao Geléia.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Antes ao Geléia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esses 900 homens trabalhariam, vamos dizer, cada um deles seria encarregado, portanto, da compra de armas pra sua...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Pra sua área de influência.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...pra sua área de influência. Significa dizer que, hoje, o PCC não teria compras de grandes quantidades de uma vez. Quer dizer, seriam sempre pequenas.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Portanto, muito mais difícil de...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - E ligado ao tráfico de entorpecentes. Normalmente, quem traz a droga acaba trazendo a arma no carregamento. E eles estão muito ligados ao tráfico de entorpecentes. Hoje, um grande problema pra nós é o irmão do Marcola. Ele faz o tráfico internacional, ou seja, ele faz o contato no exterior, Bolívia e Colômbia, pra trazer o entorpecente pra dentro de São Paulo. Há uma operação em andamento na delegacia pra tentar prender esse indivíduo. O nome dele é Alejandro, e ele é o responsável pelo tráfico. E traz armas, também, no meio desses carregamentos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele está preso?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, está na rua.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está solto. É o irmão dele, Alejandro.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele está dentro do País, mas ele sai eventualmente, faz o contato, que era o contato que o Fernando Beira-Mar tinha.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Desculpe a intromissão, mas ele é fugitivo do sistema?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Fugitivo. Fugitivo do sistema.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já prenderam ele?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Nós prendemos ele, a última vez, no Complexo do Alemão, há 6 anos atrás, e ele foi condenado pelo crime que nós prendemos. Foi condenado a 9,10 anos de reclusão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas ele foi preso no Complexo do Alemão, no Rio.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - No Rio. Nós prendemos. Nós, da delegacia, viajamos pra lá e prendemos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, aí ele foi preso. E ficou preso aonde?



O SR. RUY FERRAZ FONTES - Foi preso, entrou no sistema; fugiu do sistema, e eu não sei dizer...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é que foge do sistema?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Alguns anos atrás, o sistema não tinha a organização que tem hoje e possibilitava um número maior de fugas. Ele saiu numa fuga dessas. Aí eu não tenho certeza se foi na penitenciária do Estado ou na Casa de Detenção, na antiga Casa de Detenção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sei. Ele fugiu e o senhor, claro, pelo monitoramento...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Aí, desde então, a gente tem feito esforço pra ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele acompanha, portanto, tanto Bolívia e Colômbia na compra de droga?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu vou dar um exemplo. Eles participaram de um roubo em que eles tiraram de dentro da empresa de transportes Transbank 9 milhões de reais. Ele e o Marcola; ele e o irmão. Em 99, se não me engano. Marcola foi preso na ocasião e não saiu mais da cadeia. O irmão foi preso no Complexo do Alemão. O que ele fazia no Complexo do Alemão? Ele investiu a parte dele no roubo — não me recordo ao certo, 1 milhão de reais — em 100 kg de cocaína. Ele estava na casa de parentes do Fernando Beira-Mar naquela época. O que a gente não sabia é quem era Fernando Beira-Mar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, Fernando Beira-Mar não tinha parentes no morro do Alemão.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, tinha ligação com Fernando Beira-Mar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pode ter ligação. Parente dele não tinha não, é outro comando.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim. Dentro da concepção do nosso conhecimento, ele tem a ligação com Fernandinho Beira-Mar. O Marcola é amigo pessoal do Fernandinho Beira-Mar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E nas suas investigações em algum momento o senhor chegou... quando Fernandinho foi preso e que sai, portanto, do circuito, quando a CPI teve a oportunidade de desbaratar toda a organização, junto com o Ministério Público do Rio, entra Marquinhos Niterói, em



algum momento, na história do Marcola? Quem entra no comando? Só pode ser Comando Vermelho, o Terceiro Comando não trabalha com eles, não é?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - A única pessoa que entrou, as duas únicas pessoas que entraram, e isso eu posso dizer, porque foram gravados — eu tenho essas gravações —, uma delas foi o Fernandinho Beira-Mar. Ele não foi gravado, mas nós estabelecemos o Marcola conversando com ele a respeito desses assuntos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Lembro, lá atrás, disso.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - A gente já sabia disso da época que nós prendemos o irmão, o Alejandro, lá. E entre uma outra pessoa, que é um comandado do Fernandinho Beira-Mar, que dividiu o telefone, em Bangu I com o César Roriz, que era o parceiro do Geléia. O José Márcio pode falar isso melhor do que eu. Eu vou tentar me lembrar o nome e eu tenho aqui ele declinado nos relatórios, mas era uma pessoa de importância dentro do Comando Vermelho, que dividia o telefone. Nós temos até a gravação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Elias.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não é Elias. Só um segundo, se me permitir. Eu vou consultar aqui. Eu tenho o nome dele anotado aqui.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Chapolim.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Chapolim, é esse aí. Esse cara, ele foi gravado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que memória, hein?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Foi gravado extensamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, o Chapolim foi, desde a CPI.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu chamo isso de arquivo ambulante, viu?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Do telefone do César.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Chapolim, então, era parceiro do Geléia.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eles dividiam a mesma localização dentro de Bangu e eles dividiam o telefone da...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem, o Geléia?



O SR. RUY FERRAZ FONTES - Com o Geléia não, com o César, porque o Geléia, na ocasião, foi retirado de Bangu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas eu quero saber, como a gente vai ouvir o Geléia...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele sabe disso, o Geléia. Ele sabe disso, porque ele dividia antes de a gente chegar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele dividia, o Geléia. O Geléia, vamos dizer, era parceiro do Chapolim.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Era parceiro do Chapolim lá. Então, do meio-dia às 6h, o telefone era do Chapolim; das 6 à meia-noite era do César, ficava na mão César. Era essa a divisão. Tudo foi gravado, tanto a parte do Chapolim como a parte do César. Faz parte das transcrições, que estão no inquérito, estão no processo em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, eu paro por aqui. Posso voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço à Deputada.

O Deputado Pompeo de Mattos tem a palavra.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Cumprimentar o Sr. Presidente Moroni Torgan, os colegas Parlamentares e, especialmente, o Dr. Rui Ferraz Fontes, pelas informações importantes que traz à CPI. E veja como o mundo arroteia, e aqui a gente vai formando uma espécie de rede. Assim como o crime anda em rede, nós vamos formando também a nossa rede, a nossa teia, aqui, que começou...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, nós temos que nos organizar um pouco aqui também. Nós começamos lá na CPI do Narcotráfico, que, eu diria, foi a mola mestra, enfim, os pontos fundamentais lançados — não é, Deputado Moroni? —, em todo o País, e a gente começa a fazer a leitura. Por exemplo, está aqui o Secretário do Rio de Janeiro, que agora virou Deputado e vem exatamente na Comissão. Ele estava lá no Executivo, na luta contra o crime, e vem pro Legislativo, e se insere na Comissão. Aqui tem um Promotor Público lá de Campinas, que, na época, era Deputado Estadual. Acompanhava conosco lá na Assembléia Legislativa, enfim, nos trabalhos que a CPI fazia em Campinas, e eu fui, por designação do nosso Relator na época, eu fui o Sub-Relator da CPI lá, na conexão Campinas. E aí,



como o mundo arroteia mais ainda, o senhor vem aqui e começa a citar nomes. E nós temos no Dr. Josias Quintal um arquivo ambulante, pra ajudar a colaborar com o senhor no nome dos presos que estavam lá no Rio de Janeiro, juntos, na cadeia, partilhando o celular. Quer dizer: sinal que nós estamos bem, estamos no caminho. Enfim, estamos aqui formando uma espécie de força-tarefa, bem heterogênea: um é advogado, o outro é promotor, o outro era Secretário de Segurança, o outro Delegado da Polícia Federal. Eu me lembro, tinham uns que eram pastores, e não eram alemães, eram brasileiros — a gente brinca pra dizer a verdade. Mas, e aí, chegando nos presos, eu vejo que o senhor fica falando no Chapolim, no Geléia, que está aí, que é tão perigoso quanto o Marcola, que esteve na minha cidade, preso.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Esteve lá. Fui eu que fui buscá-lo lá em Rio Grande do Sul. Ele esteve em Santa Catarina, foi transferido para o Rio Grande do Sul, e nós fomos buscar no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor lembra qual é a cidade?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu não consigo me lembrar a cidade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ijuí?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ijuí.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu fui Prefeito de Santo Augusto, que é do ladinho de Ijuí. Eu moro em Ijuí, enfim, tenho lá a minha residência também em Ijuí, além de Santo Augusto. E aí o pavor que bateu na região e na penitenciária modulada de Ijuí, quando ficaram sabendo que o tal de Marcola estava lá, e, o que é pior, sabendo quem era o Marcola que lá estava: o poderoso bandido, que era mais perigoso que o bandido da luz vermelha, porque ele atuava na luz do dia, no escuro. Enfim, fazia o que fez. E aí o senhor está relatando realmente o significado do perigo que é o Marcola. E ele esteve lá na Modulada em Ijuí, que é um presídio, digamos assim, moderno, mas interiorano, sem a estrutura de segurança. Daí o pavor do pessoal que baixasse lá o PCC e tomasse conta da cidade. Daí nos conseguimos, com muita pressão política da nossa parte, como Deputado da região, em cima do Governador do Estado, do Secretário de Segurança. Então, criou todo um constrangimento. Quase reatamos a briga federalista dos paulistas com os gaúchos por causa do Marcola: *“Não, pega esse*



paulista e volta pra lá". Quando não tinha nada que ver. Tem bandido gaúcho e bandido paulista. E nós temos que tratar o bandido porque é bandido e não porque é de um ou de outro Estado. E essa compreensão é importante, porque São Paulo tem os seus bandidos e o Rio Grande também tem. São Paulo tem os seus defensores da Justiça, como o Rio Grande os tem também. Acho que nós temos é que nos juntar contra esses bandidos. Bom, mas eu quero avançar em alguns questionamentos rápidos. Primeiro, uma curiosidade. O senhor disse uma palavra ali. O peixe morre pela boca e o homem pela palavra. Eu lhe peguei pela palavra, e achei curiosa a palavra que o senhor disse: "*Não, porque eles acertam lá no partido*". E me chocou quando o senhor disse essa palavra. Eu não sei foi involuntário ou é como realmente é tratado o PCC. Já é como um partido?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu vou pedir desculpas aqui, mas é porque eu ouço muita interceptação telefônica...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não tem problema.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - ...e eles tratam o PCC por partido. E isso acabou criando, incorporando na minha cabeça.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, mas não tem problema. Eu, absolutamente, não quero fazer nenhuma correção; quero fazer tão-somente a constatação, pra dizer o quanto eles evoluíram, ao ponto de nos impingir a nós todos, como se eles fossem um partido e como se um partido fosse como eles, quando absolutamente não é isso. Mas, digamos, eles caminham para esse lado, tamanha é a organização deles, digamos assim, a estruturação que eles estão tendo, enfim.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu posso adiantar uma coisa. Tem um advogado chamado Anselmo Neves, que foi preso em 2002. Ele era candidato a Deputado Estadual. E o outro, o Mungioli, que está condenado e preso, era candidato a Deputado Federal. O Mungioli chegou a... e era pelo PCC. Quem fornecia o dinheiro, quem determinava que recebessem os votos dos familiares dos presos era o PCC. Ele já queria criar esse caráter ou, pelo menos, tentar se infiltrar na política. Isso daí está patente nos autos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aliás, isso nós constatamos na CPI do Narcotráfico, porque lá tinha políticos já consolidados. Alguns eram colegas Parlamentares que nós acabamos cassando. Pelo menos 2 Federais acabaram



sendo cassados; estaduais, dois e outros vários indiciados. Juízes, especialmente aqui no Estado de Goiás, que estavam a serviço das progressões de pena, enfim, criaram teses malucas, exatamente pra favorecer. Presos por crimes hediondos em São Paulo, transferidos pra Goiás, ganhavam a liberdade e voltavam pra narcotraficar, enfim, roubar e assaltar em São Paulo. Lamentavelmente, promotores. Não dá pra dizer promotores no coletivo, mas suspeita, pelo menos, o que mostra que não há imunidade por profissão, por função. Gente boa e gente ruim tem em toda atividade. Prefeitos, vários deles. Quem não lembra, lá no Maranhão, Vereadores... Enfim, uma gama, o que mostra que o crime se organizou tanto e de tal maneira que ele não só elege como se elege. Ou seja, elege criminoso e, às vezes, o próprio criminosos é eleito. Então, não nos surpreende, e é bom a gente declarar isso, porque pra fazer o prognóstico tem que ter o diagnóstico. Pra atacar o mal temos que reconhecer a maldade, reconhecer como é que ela está estruturada, enfim. Esse diagnóstico, ele é extremamente importante. Bom, adiante. O senhor falava nessa questão da missão. O senhor acha que há — não sei se exagero na palavra — um fundamentalismo ao estilo daqueles homens-bomba que, justificadamente ou não, assim agem por convicção, em função dos estímulos que recebem, pela missão que lhes é confiada? O senhor acha que é algo parecido?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu acho que em parcela dos integrantes do PCC chega a haver esse fundamentalismo. Eu dou um exemplo de um moço. Chama-se Sílvio — o apelido dele é fantasma. Ele é... Eu diria que se pedissem pra amarrar uma bomba no corpo, explodindo dentro do fórum, ele faria isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Me surpreende, e eu acho que nós avançamos aí no grau de requinte da ação criminosa no País, que eu considero, de certa forma, uma inovação. Isso, Deputado Moroni, na CPI do Narcotráfico, não tinha aparecido. É algo novo, digamos assim, que nós estamos constatando, de certa forma oficial, aqui na CPI, por uma autoridade da Polícia do Estado de São Paulo, que traz isso e que relata pra CPI. Nós vamos ter que trabalhar com mais esse dado relevante e, eu diria, até um pouco mais inteligente do que os fundamentalistas de lá. Porque, os daqui, eles agem sem se matar, não é? Então, eles ainda têm condições de fazer uma espécie de reciclagem, não é? Eles agem e reagem, interagem e voltam a agir.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Voltam a agir.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, eles vão se especializando. Quanto à questão de aparelhos, da questão da telefonia, eu atuei muito na Comissão de Direitos Humanos, no Rio Grande do Sul — fui membro da Comissão de Direitos Humanos enquanto Deputado Estadual. E havia lá um colega nosso, Deputado Rolim, que, aliás, foi Deputado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa — um excelente Deputado, político de um valor muito grande, meu amigo pessoal, inclusive por quem tenho uma admiração. Mas nós visitávamos os presídios, e essa questão da revista íntima era muito questionada no Rio Grande do Sul, por conta de que a mulher tinha que fazer aquela flexão, chamada flexão vaginal: ela tinha que ficar nua, de cócoras, pra ver se não tinha... Enfim, é uma situação extremamente constrangedora, e criou uma polêmica muito grande, por conta de mulheres decentes, muitas mulheres decentes que iam lá, e mulheres bandidas, vamos dizer assim, que participavam das ações dos bandidos presos. Elas eram cúmplices por inteiros e, às vezes, partícipes dos crimes. E aí, mulheres, digamos assim, que não tinham nada a ver com o crime, mas que tinham um criminoso em sua família iam ampará-lo lá e tinham que se submeter a esse constrangimento. E, por conta da reclamação delas, as outras deixaram de fazer, em função do que se intensificou a questão das armas. Nós encontramos uma saída na ocasião — e essa é a pergunta que eu lhe faço. A saída foi a seguinte: depois do encontro íntimo o preso é revistado, ou seja, faz uma revista superficial na mulher, aparente, circunstancial, e ela tem essa relação íntima com o preso — enfim, se é familiar, esposa; se é o marido, enfim, ou, ainda que não seja, seja irmão, pai, parente. Tem a visita íntima e, depois da visita íntima, o preso passa por um pente fino. E nós conseguimos, com isso, no Rio Grande do Sul, ver quase que eliminado o ingresso de armas. Não vou dizer assim, exterminado, mas diminuiu significativamente o ingresso de armas nos presídios, especialmente no presídio central do Rio Grande do Sul. Como é que o senhor ver essa questão?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu acho que seria, talvez, uma alternativa pra solução do problema. Acontece que não é só a questão da visita íntima; é o problema de criar um clima negativo dentro da penitenciária fazer a revista íntima nos familiares dos presos. Eles acabam se organizando por causa daquilo que eles acham que é um abuso e acabam tumultuando o sistema. Essa é a razão pela qual, talvez, a Secretaria de Administração Penitenciária não aplique uma revista tão



rigorosa, que é pra manter a paz no sistema, está certo, e até para evitar algum abuso com relação as familiares dos presos. O senhor bem falou aqui: as mães dos presos, as irmãs, às vezes as mulheres dos presos não têm nada a ver com o crime que eles cometeram, e elas são submetidas, diuturnamente, a esse constrangimento, o que é um absurdo. Então, eu acho que é complicado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E esse pente fino, depois, no próprio preso, não é uma prática usada ainda em São Paulo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É, ela pode... De vez em quando eles usam. É que o presídio em São Paulo é muito grande, é hiperlotado, e é complicadíssimo. O presídio normalmente tem 1.200, 1.300 presos ali. É complicadíssimo conseguir fazer todo esse pente fino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dá a impressão que não só em São Paulo, mas no País todo, não fazem tanto isso porque aceitam a chantagem dos presos. Quer dizer, se fizerem, é rebelião, é isso, é aquilo; se não fizerem, fica todo mundo tranqüilo. Eu concordo com o doutor que as visitas — e aí o Deputado também colocou — fosse uma revista superficial. Mas, a partir do contato, uma revista total no preso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E aí está a diferença: na medida em que tu folgas com o familiar — e é legítimo que faça —, eu acho que tu tens que engrossar com o preso, e o preso tem que se submeter a isso, digamos assim, pro bem do sistema, até pra própria segurança dele mesmo, que é um dever do Estado e que é um direito dele. Porque o Estado deixa de dar segurança ao preso na medida em que permite que um deles esteja armado. Ele submete a vida do outro à mercê daquele que está armado. Então, o Estado deixa de dar segurança ao preso quando permite que um preso se arme no presídio. E, na medida em que o Estado fica tergiversando, ele fica fraquejando no sentido de fazer a revista, aí sim, a revista íntima no preso — vamos usar essa expressão — tenho certeza que vai inibir. Mas, olha, não vou dizer 100% que é impossível, mas 90 e tantos por cento vão inibir o ingresso de armas, especialmente revólver, munição, celulares, que não é coisa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois não.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É coisa simples. Enquanto os presos se banham, era só... não precisava nem tocar no preso, era só vistoriar a cela.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu diria que é um pouco mais complicado. Porque eles têm manhas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é não, vai por mim. Eu acompanhei na prisão de Rebibia, na Itália — nós fomos com o Deputado Magno Malta —, e não existe arma, não existe dinheiro. Os presos têm fogareiro e tomam vinho. Presos da máfia italiana, e tudo funciona.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas eu diria assim: uns presos um pouco diferentes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, piores. Vai por mim, piores.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Os nossos... eles não aprenderam com os nossos presos. Tu sabes que tem o jeitinho brasileiro até na cadeia, infelizmente. Então, eu acho que essa é uma prática... Inclusive, Deputado Moroni, quem sabe a CPI... Eu deixo aqui como sugestão que nós teríamos que fazer, enquanto CPI, uma visita ao presídio de referência, até pra CPI se fazer presente e entender *in loco* como é que acontece essas coisas, e fazer um diálogo com a Secretaria de Segurança ou de São Paulo ou do Rio e de um presídio que seja de referência em São Paulo, pra fazer essa interlocução. Eu acho que se for feita essa revista íntima nos presos depois da visita íntima nós avançaríamos. Mas eu quero avançar, pra concluir, e ser breve. Quanto à questão dos celulares, ainda assim... Eu sei que esse aparelho pra cortar o sinal do celular não deu o efeito esperado, embora eu interprete que existe tecnologia para isso. Eu acho que a coisa está sendo, digamos assim, mal aplicada, porque tecnologia tem, e não acredito que os presos de dentro do presídio... Não é possível que a gente vá perder pra um preso com as mãos amarradas, dentro do presídio. Eu acho que está faltando aí um pouco mais de ação, porque nós estamos vendo os presos tomando conta daqueles que estão soltos. Eu só posso imaginar que isso acontece porque quem está solto colabora com o preso. Eu não posso imaginar diferente. Ora, alguém algemado, de mão amarrada, atrás das grades, e eu apanho dele de tapa, de cusparada? Quer dizer, alguém tem que estar enchendo a boca dele de água pra ele cuspir em mim. Tem que ter uma colaboração do lado de fora — desculpa, mas eu tenho que ter



essa interpretação. E, nesse contexto, quero ver a sua opinião. Qual é o equipamento que localiza, que rastreia esses telefones, além das companhias? Os presídios têm esse equipamento? A polícia de São Paulo tem esse equipamento?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não. A Polícia de São Paulo utiliza algumas técnicas pra poder identificar esse telefones. Na realidade, volta e meia, numa revista são apreendidos — nós temos um excelente relacionamento com a Secretaria de Administração Penitenciária —, são apreendidos documentos que estão relacionados aos números dos telefones das pessoas, como verdadeiras agendas. Isso é encaminhado pra gente, a gente quebra o sigilo, faz o cruzamento de dados e acaba localizando os telefones das pessoas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Como é o procedimento da quebra do sigilo de um telefone no presídio?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Ele é rápido, pelo menos pela Capital, em São Paulo. Nós remetemos o pedido pra Justiça, a Justiça despacha imediatamente. Demora um pouco para vir a resposta da operadora, talvez aí umas duas semanas e tal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E qual é o aparelho que a polícia tem para rastrear esse telefone?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, na realidade, a polícia se utiliza da operadora. Ela não tem aparelho para rastrear.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor sabe que tem aparelho pra rastrear.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim, tem aparelho. Um *scanner* rastrearia todos os celulares que estão acionando determinada estação rádio-base em determinado local, mas eu acho que pra São Paulo é um pouco inviável, porque são milhares de telefones acionando diuturnamente ali aquelas estações rádio-base. É complicado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor sabe que tem aparelhos que rastreiam o telefone inclusive com Nextel.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim. Essa tecnologia não está disponível pra polícia de São Paulo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois é, aí que eu quero chegar, Deputado Moroni, porque eu acho que é importante. Eu tenho conhecimento de



aparelhos com tecnologia no Brasil que rastreiam inclusive Nextel, que, via de regra, não está sendo rastreado, e que os bandidos, especialmente em São Paulo, Rio, Curitiba, Brasília, onde a Nextel está — infelizmente, a Nextel não está no Rio Grande do Sul e nós gostaríamos de tê-la —, diria, nesse momento, os bandidos se valem exatamente da comunicação via rádio Nextel, porque a polícia, via de regra — e me ajude o Dr. Josias Quintal —, a polícia, via de regra, não dispõe de aparelho que rastreie o Nextel, embora tenha esse aparelho no mercado, do qual inclusive eu tenho conhecimento, porque me interessa o assunto. O seu departamento...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - A polícia de São Paulo tem o equipamento pra ouvir o rádio Nextel e a polícia do Rio é pioneira nesse assunto. Nessa tecnologia, a polícia do Rio é pioneira. Inclusive, quando a polícia de São Paulo não tinha eu pedi ajuda pro Rio. Encaminhava o sinal do Nextel pro Rio e apanhava de lá pra cá. Interessantíssimo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E inclusive do sinal do Nextel? Não só da conversa, mas do sinal? Tipo assim: está ligado, onde está ligado?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim, dá toda a referência.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então o senhor comprou os aparelhos mais modernos que tem.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim. A polícia de São Paulo instalou, e começou a funcionar agora esse equipamento, que permite que a gente... Eu acho que à questão de... Olha, ele está comprado à questão de uns 6 meses e deve estar funcionando à questão de 1 mês, mais ou menos. Antes disso, quem nos socorria era o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E nós estamos aí por dentro dessa questão, porque interessa bastante, e nós temos pesquisado no mercado. E eu recebi informações dessa aparelhagem nova que está chegando no Brasil e que estava faltando pra polícia de São Paulo.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, não, já está adquirido, já foi distribuído entre as diversas unidades de polícia de São Paulo. Cada unidade tem uma base operacional que permite ouvir qualquer operadora de telecomunicações, inclusive a Nextel e o rádio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Para finalizar...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um apartezinho. Aquele satélite também consegue ouvir?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Aí nós dependemos exclusivamente da operadora, mas é possível ouvir também. A operadora capta o sinal de satélite e encaminha, num canal de áudio, pra gente, e chega no nosso sistema.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, hoje, vocês podem grampear todos, desde que com autorização judicial.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É. Assim, eu diria assim: fora alguns casos específicos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Digamos, Rio e São Paulo são os únicos do País?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Brasília. Eu acredito que em Brasília esteja lançado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem todos os equipamentos necessários pra qualquer tipo de rastreamento telefônico.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor falou na localização dos presídios. Via de regra, os presídios estão em centros urbanos, até por conta dessa política prisional, digamos assim, equivocada, do Brasil, ou, pelo menos, que não se preocupava tanto com a questão da criminalidade a partir do presídio, porque se imaginava que alguém dentro de um presídio está dentro do presídio e morreu, saiu de cena, quando agora a gente sabe que de fato isso não é verdade; do presídio, eles comandam o morro, enfim, comandam a cidade, as vilas, comandam as favelas e comandam o crime. O senhor tem acompanhado essa diferenciação desses presos com maior periculosidade e menor periculosidade? Qual é a idéia que o senhor dá de tratamento do preso de maior periculosidade e de menor periculosidade? Qual é a idéia que o senhor tem de, digamos assim, fazer o enfrentamento desse bandido de maior periculosidade em relação aos presídios?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, é assim, como sugestão, e essa sugestão partiu da Secretaria de Administração Penitenciária — eu achei que ela é muito importante: criar-se um regime especial de cumprimento de pena, onde não mais que dois presos por cela pudessem se comunicar com os demais presos da sua unidade, de forma restrita, somente nos banhos de sol. É um regime especial de cumprimento de pena. Por exemplo, nós não podemos remeter pro resto da vida ou,



pelo menos, pro resto do cumprimento da pena um Marcola pro RDD, pro Regime Disciplinado Diferenciado de Presidente Bernardes.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tem tempo? Tem prazo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Tem prazo, nós temos um prazo. O prazo, ele é judicial. Depende de uma decisão judicial o encaminhamento dele pra lá. Mas eu acho que nós poderíamos manter, por exemplo, o Marcola e mais um preso, o braço direito dele, o Julinho Carambola, numa mesma cela dentro do presídio...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ou ele e o Fernandinho Beira-Mar, até que se desentendam pro resto da vida.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Até que desentendam pro resto da vida. Eu acho meio difícil, que são muitos amigos. Mas eu acho que eu daria esse tipo de exemplo: isolar essas pessoas que são responsáveis pela liderança das facções criminosas, seja ela o PCC, sejam as outras facções que permearam aí o sistema penitenciário, em presídios especiais onde a gente pudesse restringir a quantidade de presos...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O que o senhor diz presídios especiais, me dá um exemplo.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Que não possibilitasse mais que duas pessoas por cela. Mais que duas por cela.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O que seria um presídio especial?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Um presídio que não possibilitasse ter mais que 2 presos por cela, que restringisse o banho de sol ou, pelo menos, a gente pudesse enxergar o que está acontecendo no banho de sol e controlasse o fluxo das visitas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me concede um outro aparte?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em Bangu I, o Deputado Josias sabe melhor do que eu, algumas das unidades são assim: são pequenos módulos com 6 celas, dois presos, e eles fazem o banho de sol ali mesmo. Não adianta nada, eles se comunicam igual.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Só para concluir, dizer que, ainda na CPI do Narcotráfico, quando nós visitamos S.Exa. o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a seu convite, que chamou a CPI, pelo volume de ações que a CPI desencadeava na época, e houve a promessa — que, na verdade, nós entendíamos que era um compromisso, mas que não passou de promessa — da construção de presídios federais no País, por conta de que tem muitos criminosos de alta periculosidade que são criminosos que responderam processo na Justiça Federal, então, que são criminosos de responsabilidade, digamos assim, da Federação e não dos presídios estaduais, mas que estão basicamente nos presídios estaduais, porque nós não temos presídios federais. E aí houve um compromisso, uma promessa da construção de 5 , me parece, Deputado Moroni, 5 presídios federais, o que foi reafirmado pelo Presidente Lula, a construção, e me parece que um está sendo construído, se não me engano. Como é que o senhor vê essa questão desses presídios federais e as suas localizações distantes de centros urbanos?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu acho que é uma alternativa pra gente eliminar aí a comunicação do presídio, do interior do presídio pro exterior. Já haveria uma possibilidade maior de se exercer o controle em cima dessa massa carcerária, desde que ela fosse pequena, apesar de a gente não conseguir impedir uma comunicação, como nós não conseguimos impedir em Presidente Bernardes, que é um preso por cela. O rigor é extraordinário lá. É um exemplo de atuação na administração dos presídios. A gente conseguiu, em determinado momento, estabelecer o momento em que as mensagens saíam de lá de dentro, estabelecer quem eram as pessoas que estavam tirando essas mensagens lá de dentro e prender. Então, fica mais fácil pra gente controlar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bom, lhe agradeço. Mas, só pra reafirmar aqui, Presidente, o atual Governo Federal, o Governo Federal da Legislatura anterior, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ficou nos devendo, o Presidente Lula está devendo à Nação os presídios federais, que é um compromisso do outro Governo e deste Governo, mas que é um compromisso da Nação pra com o seu povo, com a sua cidadania, pra melhorar a segurança pública. Enquanto não tivermos os presídios federais nos moldes que se desenhou, se comprometeu,



enfim, se vislumbrou, nós vamos ver dramas como esse que o Dr. Ruy Ferraz vem relatando, e nós vamos conviver com eles dramaticamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço, Deputado.

Quero lembrar aos Deputados que a luzinha já começou a piscar aqui. Então, deve ter votação pro Tribunal de Contas. Como ainda vai demorar, só gostaria que pudéssemos ser breves, porque temos que ouvir ainda o outro, o Márcio.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Bosco Costa, por favor.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Sr. Presidente, Sra. Deputada Laura Carneiro, Srs. Deputados, Dr. Ruy, ouvi atentamente as perguntas dos Deputados e também as respostas de V.Sa. Preocupa-me muito. E nada melhor, Deputado Luiz Couto, do que a CPI que está parada aqui na Casa, que investiga grupos de extermínio do Nordeste — o Deputado Josias Quintal também foi membro desta Comissão... A cada dia que passa, eu me preocupo mais com a segurança do nosso País. Vemos que, no Brasil — não vou falar do Governo Lula —, os governos parece que não estão muito preocupados com a segurança pública. E chega ao ponto, Dr. Ruy, que os bandidos, o PCC da vida, são grupos muito mais aparelhados do que, muitas das vezes, as polícias. É preocupante, porque a gente vê, Dr. Ruy: é no Brasil todo o crime organizado crescendo assustadoramente. Não é admissível uma penitenciária com vários criminosos perigosos cheia de celular. Isso é uma coisa inadmissível! Esse pessoal, eles têm que ficar em penitenciária como a de Presidente Bernardes mesmo, lá no interior de São Paulo, porque eles têm tempo suficiente dentro das celas para planejar, para falar com quem eles acham que devem e organizar os crimes. Hoje, V.Sa. sabe, todos nós sabemos, o quanto cresce o roubo de caminhões e de carga no Brasil. Por exemplo, eu gostaria de chegar aqui e dizer que o meu pequeno Estado de Sergipe não tem crime organizado. Mas, infelizmente, na minha cidade natal, o cidadão chega lá e compra pneu mais barato do que na fábrica, peças para caminhões, mercadorias, muitas das vezes a preço de fábrica. Infelizmente, os nossos governantes não estão preocupados com essa situação da segurança pública no Brasil, porque... Acredito eu, enquanto os governantes, a começar da base dos Municípios, dos Estados, da própria União, não disponibilizarem recursos financeiros pra investimento em segurança pública, que os policiais sejam melhor remunerados, que tenham melhores equipamentos, que tenham viaturas... Por exemplo, eu conheço. O



Deputado Luiz Couto foi presente a uma reunião no Estado do Ceará — nada contra o Ceará. Tem mais de 50 delegacias. O Município que não tem delegacia de polícia, não tem viatura, é verdade... Então, eu acho que temos que ter recursos pra investir em segurança pública, porque, se não tivermos, não adianta a gente aprovar Estatuto de Desarmamento nem referendo, nem nada, porque nada vai resolver o problema do nosso País. Eu quero parabenizar V.Sa. pela brilhante exposição e dizer que são pessoas como V.Sa. e como outros que vêm aqui e já vieram prestar relevantes serviços a esta Comissão... Mas, infelizmente, na semana que passou, tivemos a oportunidade de ouvirmos um preso — o Marquinhos, se não me engano — que é um inocente, que está preso lá. Porque nada fez, não deve nada, não é envolvido em tráfico de droga, nem de arma, nem de nada. É lamentável que os nossos governantes não se preocupem mais com a segurança pública do nosso País. E só uma pergunta a V.Sa.: como é que está... V.Sa., pelo que eu vi nesses jornais, vem acompanhando vários processos em São Paulo. É óbvio que se V.Sa. está desenvolvendo esse trabalho é pela competência e pela coragem. Como é que V.Sa. vê o roubo de caminhões de carga no Estado de São Paulo também?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, nós tivemos um problema seriíssimo com o roubo de cargas em São Paulo algum tempo atrás. Talvez de um ano para cá tivemos alguma melhora nessa questão, porque a unidade tem-se preocupado — a unidade responsável não é a minha, mas vou falar por ela —, tem-se preocupado em atacar o receptador e tem prendido pessoas que se passam por empresários importantes em São Paulo com cargas roubadas. Isso melhorou muito a questão da carga e do roubo de caminhão, de um tempo para cá. Melhorou em termos estatísticos e melhorou em termos de qualidade. Eu acho que o caminho que a unidade adotou é o certo. Tem que atacar a causa do problema, não só o efeito. E a causa do problema está no receptador. Enquanto a gente não conseguir acabar com o receptador ou com quem se propõe a comprar e passar essa carga pra frente, a gente não elimina a questão ou, pelo menos, não controla. Eliminar não vai; não controla a questão. O DEIC em São Paulo se preocupou muito com isso e deu, pelo menos abriu a visão no sentido de atacar o receptador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Obrigado, Deputado Bosco Costa.

Deputado Josias Quintal.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Dr. Ruy, Srs. Deputados, inicialmente, eu quero manifestar o meu apreço ao Dr. Ruy pelo seu trabalho brilhante, destemido, pela causa que o senhor abraçou. Como profissional, o senhor tem-se revelado dos melhores de que este País tem conhecimento. Eu o conheço já de nome há algum tempo e o parablenizo. Reconheço seu valor, publicamente agora, que tenho essa oportunidade. Quero fazer um breve comentário, muito rápido, sobre algumas questões que foram colocadas. Vou fazer *en passant*. O Deputado Pompeo fez muita menção à questão de presídios. Eu quero parabenizar o Estado de São Paulo, o Governo de São Paulo, Governo Alckmin, que soube muito bem dar a volta por cima em todo aquele problema que encontrou. São Paulo foi palco de uma tragédia no sistema penitenciário, uma tragédia orquestrada, que surpreendeu todo o País. E São Paulo soube superar aquele problema com ações efetivas, construindo presídios. Eu tive oportunidade de conhecer diversos presídios de São Paulo e eu posso dizer, com certeza absoluta, com o meu testemunho, que São Paulo é hoje uma referência nacional no tocante à questão penitenciária. Há presídios modernos, há presídios em que o regime disciplinar, o regime de expiação, ele é o dos mais severos possíveis e, portanto, é uma referência. Eu, como carioca, tenho que fazer esse reconhecimento. Ao mesmo tempo, tenho que lamentar que no Rio de Janeiro as coisas não têm sido tratadas da forma devida. O Rio de Janeiro tem hoje uma atitude que, eu diria assim, na contramão de todo bom senso. Tem hoje talvez a maior concentração de presos no mundo. No sistema de Bangu, temos cerca de 12 mil presos concentrados em diversas unidades próximas umas das outras, facilitando o contato de presos, de familiares, de advogados de presos, essa coisa toda, enfim, uma coisa que eu considero absurda, que São Paulo conseguiu erradicar esse modelo. Mas eu queria perguntar para ao senhor, uma análise breve. No tempo em que o Geleia veio para o Rio, na época tive até problema com o Secretário de Administração Penitenciária, Secretário de Justiça e Centro Penitenciário, na época, um jurista, um advogado, que até indiquei para o cargo e acabei tendo problemas sério com ele, quando ele permitiu que viesse o Geleia para o Rio. O Geleia estava mandando no crime em São Paulo. Então, dali se fez uma relação dele com o Beira-Mar. E pelas notícias que tive me preocupava muito, porque no Rio, felizmente, o crime organizado não é tão organizado assim. O crime no Rio, as facções são muitas, elas vivem um



processo de discórdia, eles não têm as áreas definidas pacificamente, como no jogo do bicho no passado. O jogo do bicho no passado eles tinham atritos, tinham guerras, até que um dia eles se harmonizaram, definiram os territórios e a paz foi selada e eles tocaram o negócio. O meu temor sempre foi que o narcotráfico viesse a ter esse tipo de conduta e num certo momento tivemos essa certeza de que isso estava para acontecer, que o Beira-Mar era um dos protagonistas de um movimento nesse sentido, visando pacificar o narcotráfico no Rio, as facções, e fruto dessa relação com Geléia, Marcola e outros caras. Pergunto ao senhor: em São Paulo — isso a título de esclarecimento para mim — o narcotráfico vive essas áreas de disputa, ele tem essas questões ou tem essas zonas já mais ou menos delimitadas?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Em primeiro lugar, agradeço. Também queria agradecer a polícia do Rio, que era representada pelo senhor na época que eu estive lá e nós fizemos alguns trabalhos, inclusive esse do César. Fomos muito bem recebidos e possibilitou a gente ter um resultado positivo. Depois, respondendo à sua pergunta, já é mais ou menos delimitado, mas a gente não encontra no tráfico de entorpecentes em São Paulo que não tem, digamos assim, uma posição geográfica, ele é distribuído sem uma posição definida, como tem no morro do Rio de Janeiro e que permita formar esses guetos, e os guetos acabam entrando em guerra. Nós não encontramos isso em São Paulo. O tráfico funciona como um comércio mesmo, um comércio clandestino. É tratado dessa forma e não traz problema de violência, a não ser nos pequenos pontos de tráfico que às vezes acaba acontecendo alguma discórdia, alguma coisa. Agora, voltando um pouquinho, nós temos um problema muito sério, porque vocês acabam tendo no Rio de Janeiro a discórdia entre o que o Fernandinho tentou unir e que possibilita ou que dá na mão da polícia o instrumento para poder combater. Nós não temos isso. Temos uma facção criminosa que tomou conta das cadeias e que não encontra oposição. Eles organizam tudo, inclusive o tráfico. Eles tomaram o tráfico para si, eles dividiram em áreas de influência e não criam problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permita-me interromper, Deputado Josias, eles já estão atuando em outros Estados com essa facção?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim. Quando ele foi transferido para o Rio que ele levou a idéia para o Rio. Eu vou dar uma idéia. Quando a gente ouviu o Chapolim, de meio dia às seis, ele falava assim: olha, você cobra a maconha — ele



falava para o gerente do tráfico dele que estava na rua — você cobra a maconha a 2 reais, porque aqui custa tanto. Você tem que pagar tanto de cesta básica, você tem que pagar tanto pelo não sei quanto, o quilo da maconha tem que custar tanto. Era empresarial. O PCC, não. O PCC era idealista: não, temos que salvar nossas famílias. A conversa deles, aquilo que ele transmitia para os demais indivíduos da massa carcerária era outra coisa, não era dinheiro, não era imprensa. Temos que nos unir para nos proteger. É assim. Eles começam o cumprimento deles, isso vai estar ... Irmão, você é irmão do partido? Então, irmão, beijinho no seu coração. Todos eles falam isso. O José Márcio pode falar disso melhor que eu. Eles não tinham o caráter empresarial. Eles ganharam o caráter empresarial no Rio de Janeiro, quando eles conheceram o Chapolim. Eles viam como o Chapolim organizava o tráfico de entorpecente lá, como ele fazia para conseguir descobrir o quanto custava o entorpecente, se ele ia dar lucro ou não na venda, e trouxeram para São Paulo. Isso não existia. Era extremamente idealista e de caráter ideológico a existência do PCC. E ele nasceu porque achavam que os presos de 1993 estavam sendo injustiçados no Presídio de Segurança Máxima de Taubaté, onde ocorreram algumas mortes e quem foi um dos maiores matadores de Taubaté foi o próprio José Márcio, que é o fundador do partido. Era essa a concepção do PCC. Hoje não é mais. Hoje ela é empresarial. Ele quer saber quanto é que está ganhando os pontos de entorpecentes, se o crime rendeu alguma coisa ou não, quanto é que estão depositando no caixa do PCC e como é que esse dinheiro circula, que era a idéia do Chapolim lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E acha que isso ficou entre Rio de Janeiro e São Paulo ou expandiu?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não. Mato Grosso do Sul...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Chapolim é do Mato Grosso do Sul. A gente já investigou o Chapolim no Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O Chapolim é um dos mais frios assassinos que eu já vi na minha vida. Ele, inclusive, tem uma cena que chocou o Rio de Janeiro, quando, do Paraguai, o Beira-Mar ordenou que ele matasse um desafeto. Alguém que teria namorado...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Michel.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - É. O garoto Michel. E o Chapolim foi matando... gozava com o cara: “*Corta a orelha. Come a orelha. Come a outra orelha. Corta o dedinho*”. E foi torturando o rapaz assim. Por telefone foi feita essa gravação que foi exibida diante da...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Michel, que namorava uma das namoradas dele.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Foi exibida diante do *Fantástico* e o Chapolim era o autor disso. Ele é um robô da mais alta desqualificação. Ele é terrível. É um capataz de Beira-Mar. Não é cabeça, não. Chapolim é um executor respeitadíssimo porque ele assume friamente e faz quantas vezes forem necessárias. É de uma crueldade... Aliás, o narcotráfico, Moroni, essa relação deles com as FARC na Colômbia, trouxe para o Rio — isso ficou bem evidenciado — uma postura de dominação pelo terror máximo. Então, as FARC se impõem pelo terror, pela barbárie máxima que eles impõem nas áreas. E assim foi no Rio. Na gestão deles, instituíram os microondas, o forquinho, essas coisas. Eles pegam o desafeto, botam no fogo e ficam gozando vendo o cara queimar. Então, é a barbárie máxima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É verdade. Agora, eu só queria saber isso: quais são os outros Estados em que se estendeu isso?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Os que eu tenho comprovação: Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É. O Geleirão, o José Márcio, produziu um episódio em Piraquara, no Paraná, que foi terrível. Eu acho que chegou até a morrer um agente e morreram alguns presos numa rebelião, uma tentativa de fuga que se transformou numa rebelião lá.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Finalmente, Presidente, para terminar, vou fazer uma crítica aos governos. A Lei dos Crimes Hediondos já completou 15 anos. Como se diz, ela já... como se diz quando se faz 15 anos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Debutou?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Já debutou. A Lei dos Crimes Hediondos já debutou e nada aconteceu. O Legislador foi sábio ao obrigar o



Governo Federal a construir unidades prisionais para tirar os criminosos das suas bases territoriais. Uma lei inteligente que esse Congresso votou e não fiscalizou. Os governos se passaram, leis umas ou outras foram criadas e aquilo que é essencial não é feito. Então, infelizmente, o Brasil, até hoje, não tem unidades prisionais federais. Falharam todos os governantes e, lamentavelmente, meu caro companheiro Pádua, o Presidente Lula está falhando também nesse ponto. Creio que isso não representa nada para o Orçamento da União, mas é essencial para a Polícia e para o combate do crime, que é a construção de unidades prisionais federais que possam acolher, como diz a lei, criminosos de alta periculosidade, tirando-os de sua área, da sua base territorial. Infelizmente, aqui é assim. Temos muitas leis. Nós votamos, mas não fiscalizamos. O Congresso, às vezes, dorme e a sociedade paga o preço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes de o Deputado Luiz Couto perguntar — vai ser o último a perguntar — eu tenho um relatório sobre o Rio de Janeiro em mão que me deixa muito preocupado. O relatório e faz um levantamento — não sei como conseguiram fazê-lo, mas devem ter pessoas infiltradas, coisas assim, deve ser nesse sentido. Por exemplo, na Mangueira, diz que Tuchinha, não é totalmente atualizado, mas diz que os traficantes lá têm fuzis AK-47, FAL, M-16, Rugger, escopeta, submetralhadora, granadas e lança-granadas. E algumas coisas a gente tem visto. Borel: tem fuzis AK-47, FAL, Rugger, AR-15, pistolas 9 milímetros, 380, granadas. Mineira: são 10 fuzis na ronda, cerca de 35 homens que fazem a segurança. Pavão-Pavãozinho: granadas, pistola 9 milímetros, 45, 380, FAL, AR-15. Rocinha... Eu não vou desfiar isso, mas só para mostrar o que tem de armamento pesado só nesses relatórios que estou vendo agora aqui. Em São Paulo, o PCC, V.Sa. falou que ele tem determinados pontos onde... acha que está nesse ritmo também?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Está. Na realidade, ele funciona assim. Eles não dominam uma área geográfica de forma absoluta, mas têm na sua área de atuação um domínio relativo, onde eles mantêm guardados para uso, se for necessário, armas desse porte. Estou falando, eles acharam por bem fazer um resgate em Franco da Rocha e nós chegamos a apreender 11 fuzis, numa única ação, e algumas pistolas, colete a prova de balas e granadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que o senhor imagina... O senhor disse que nunca conseguiu prender aquele líder que tinha um paiol em Ribeirão. O que o senhor imagina que tivesse nesse paiol?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, tem a descrição das armas na interceptação telefônica. Ele descreve arma por arma. Porque, o que aconteceu naquela ocasião? Houve uma dissensão entre alguns dos líderes e o César ligou para o Nierlei que era o responsável pelo paiol em Ribeirão Preto e ele começou a fazer uma contabilidade das armas: "O fuzil está aí? O fuzil tal? A submetralhadora tal?" E isso foi sendo descrito, na interceptação telefônica está transcrito e está no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tinha assim dezenas...

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Dezenas de armas que vinham sendo descritas sistematicamente para saber se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De grosso calibre?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Todas. Todas eram fuzis e submetralhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Couto. Obrigado, Ruy.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Ruy, por estar na Comissão de Justiça e ser Relator de um projeto de lei, não pude participar das indagações iniciais. Então, se eu fizer alguma pergunta e o senhor já tiver respondido... é porque só depois do Deputado Bosco é que eu pude acompanhar melhor. Mas eu queria parabenizar primeiro pelo trabalho que o senhor faz e pela investigação. Pergunto: nesse trabalho todo que o senhor faz, que facilidades e dificuldades o senhor encontrou nessa tarefa?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, a maior facilidade que eu encontrei especificamente nesse trabalho foi, na realidade, a união e a boa vontade do Ministério Público em acompanhar todo o trabalho. Isso facilitou muito, porque na hora em que eles precisaram apresentar a denúncia e na hora em que eles precisaram me indicar como testemunha de acusação de todos os casos, a gente desenvolveu muito bem esse trabalho na fase processual, de maneira, de forma tal, que a gente produziu diversas condenações que no passado eram impossíveis de serem produzidas, porque as provas não eram suficientes, ou eram mal conduzidas



no processo judicial. Isso eu admito que, se não fosse dessa forma, talvez não tivéssemos chegado à condenação de alguns advogados e de algumas pessoas que eram importantes para o PCC na ocasião. Essa foi a facilidade. E a dificuldade é a minha reclamação de sempre, a gente tinha muita dificuldade em obter a prova vinda das interceptações telefônicas, tinha muita questão técnica que envolvia isso e impedia que a gente obtivesse algumas provas e, por fim, ninguém conseguia transcrever isso, porque o material era muito extenso, e a gente acabou transcrevendo de próprio punho para entregar para a perícia poder assinar embaixo o laudo e poder mandar para o processo tudo isso. E a gente vem fazendo isso diuturnamente. Esse é o grande problema de a gente ter 1.200 telefones em andamento. A gente não consegue nem formular a prova para a Justiça enxergar que aquilo está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem falar que eles têm um rodízio de números, também.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É impressionante o rodízio de números.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na semana passada, nós assistimos a uma matéria na imprensa, através da TV, sobre cobrança de pedágio de kombeiros e alternativos em São Paulo. Esta ação, segundo a matéria, seria comandada por pessoas que estariam no presídio. O senhor falou no início que havia uma vinculação do PCC com uma organização dos kombeiros. Isso continua ainda?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Continua, continua. O que aconteceu foi o seguinte: houve no início um processo de extorsão contra os integrantes das cooperativas dos kombeiros, do transporte alternativo. Desse processo de extorsão, passou-se para o domínio da cooperativa. Hoje, eles dominam algumas cooperativas. Tem um sujeito lá que é o laranja, que toma conta da cooperativa em nome do próprio PCC. Eles acharam, eles enxergaram nesse nicho um bom lugar para se lavar dinheiro. Por quê? Porque a família deles precisava justificar a renda que têm. O sujeito lá, a família não tem nada, não tem nem atividade nenhuma, nem comercial, nem de trabalho nenhum, mas tem dinheiro. Tem bens, tem carro, tem casa. Como é que se justifica que a família tenha tudo isso? Eles acharam o nicho que foi o transporte alternativo. Eles tomaram algumas cooperativas na zona sul e zona leste de São Paulo e hoje eles dominam essas cooperativas, em prol das famílias que estão na rua, ou seja, lavando dinheiro.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em relação às contas bancárias, da parte do Judiciário, o senhor encontrou facilidade para a quebra do sigilo dessas contas, ou foi difícil identificar as próprias contas?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Foi total. A gente tem uma integração muito forte com o Judiciário em São Paulo. E o Judiciário sabe a necessidade de uma investigação dessa e não coloca nenhum óbice em nenhum campo, seja no da interceptação telefônica ou quebra de sigilo telefônico, seja da quebra de sigilo bancário, desde que esteja devidamente fundamentado — e os pedidos vão de forma fundamentada —, é muito ágil, é muito rápido, e os bancos colaboram muito também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Ruy, das armas que são traficadas, de onde é que viriam essas armas? Quais seriam as principais rotas dessas armas até chegar a essas quadrilhas, essas organizações criminosas lá em São Paulo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, a gente verifica com as apreensões e com a conversa, até de forma informal, com as pessoas que estavam portando essas armas, guardavam essas armas, que elas vêm principalmente do Paraguai, da Bolívia e da Colômbia. E vêm junto com entorpecentes, ou seja, o tráfico acaba abastecendo de armas o nosso mercado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com relação ao trabalho, V.Sa. falou em 1.200 celulares, mais ou menos. Nós tivemos aqui uma audiência pública, onde eles colocaram uma nova estratégia do crime organizado, nos presídios, porque é fácil identificar 1.200 celulares, ou 100 celulares dentro de um presídio. O sistema que eles estariam fazendo é de um celular, e eles compram um *chip* e modificam. V.Sa. também nas investigações identificou também a compra de *chips* onde eles têm poucos celulares, mas utilizam desse expediente?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - É. Eu diria o seguinte, aí eu posso dizer, é uma questão técnica, tá, a tecnologia que permite isso daí, a tecnologia GSM, empregada pela Claro e empregada pela Tim, mas nós nunca interceptamos o *chip*, nós interceptamos o equipamento, o aparelho. Então, não adianta ele trocar de *chip*, que o áudio continua chegando na interceptação, ou seja, a troca sistemática de *chip* para nós não significa nada. Para nós, o que significa é a troca do aparelho, do telefone.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a outra é se, além da atividade de extorsão com relação a kombeiros e alternativos, além de tráfico de drogas, de tráfico de armas, essas organizações também estão vinculadas aos seqüestros?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Sim, com toda certeza. Eu até cheguei a dar um nome de um indivíduo que pertence ao terceiro escalão do PCC, cuja alcunha é Bin Laden, que ele é responsável pelo seqüestro da mãe do jogador Robinho. Ele era o responsável pelo seqüestro da mãe do jogador Robinho em Santos. Bin Laden, terceiro escalão do PCC. E dos grandes roubos, viu? Todo grande roubo em São Paulo hoje tem uma mão, tem uma ligação do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu agradeço as respostas ao Dr. Ruy Ferraz Fontes. Pela informação que nós tivemos aqui da Assessoria, estão chamando as Comissões para votarem a primeira indicação, que é do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É do Senado, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estava com uma idéia. Queria até trocar uma idéia com vocês. Ou nós interrompemos, vamos lá, votamos e ouvimos posteriormente o Geleião... O seu vôo é que horas, Dr. Ruy?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Vinte horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vinte horas. Essa é a dificuldade. Eu gostaria que ele pudesse estar aqui. Eu vou tentar ir lá, votar, voltar para começarmos então a oitiva do Geleião, que eu acho bastante importante. Eu gostaria que os Deputados estivessem aqui.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O Geleião não tem horário não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, eu gostaria que no começo inclusive o doutor estivesse aqui conosco, porque ele, que fez todo um trabalho, poderia nos dar subsídios nesse sentido. Por isso, eu pediria que aguardasse. Acho que até às 19h dá para aguardar, depois terá que ir. Se fosse o caso de não ter locomoção, eu pediria à Segurança da Câmara que arrumasse uma locomoção até o aeroporto para o doutor, para ele poder nos aguardar aqui.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, depois que V.Exa. concluir, eu queria — sei que cheguei atrasado, estava na reunião do partido — fazer apenas 3 perguntas ao delegado, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, pode fazer, Deputado Neucimar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Delegado Ruy, primeiramente nós queremos parabenizar V.Sa. pelo trabalho de suma importância que tem desenvolvido, que muito vai contribuir com os trabalhos desta Comissão, trouxe algumas informações importantes para esta Comissão. Eu não pude participar de todo o debate porque tínhamos uma reunião da bancada do PL na sala ao lado. Fomos convocados e não poderíamos estar ausentes daquela reunião. Nós sabemos que tanto o Estado de São Paulo como os do Rio de Janeiro e Espírito Santo, 3 Estados bem próximos, têm uma costa marítima um pouco curta, que facilita deslocamento via mar nesses três Estados. Em algum momento do processo de investigação — se foi falado, eu não estava presente, me desculpe — foi identificada alguma possibilidade de estar acontecendo transporte marítimo ali, principalmente no Rio de Janeiro, que tem muitas ilhas perto, pequenas, principalmente naquela região de Angras? Já foi identificada alguma linha de tráfico de armas usando o espaço marítimo ali, a rota marítima, usando as ilhas, embarcações entre esses Estados: Rio/Espírito Santo e Rio/São Paulo?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Especificamente, não. Nós já ouvimos, durante o trabalho que foi feito, principalmente de interceptação telefônica... Porque o PCC tem uma raiz muito forte em Santos. Alguns criminosos são ligados à pirataria mesmo. Eles praticam roubos nas embarcações que ficam ali fundeadas no Porto de Santos. E esses piratas — a gente ouve dizer, não tem comprovação — tratariam até desse assunto de trazer toda a mercadoria, que para eles é necessária na comunicação com o Rio de Janeiro, para São Paulo, através da navegação, usando esse meio de transporte. Nunca conseguimos definir ou determinar isso daí, mas existe um *link* muito forte aí.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Temos procurado conversar no Espírito Santo com algumas pessoas ligadas a essa área. Nós passamos por alguns momentos de turbulência nessa área da segurança nos últimos meses. As autoridades estavam empenhadas em algumas missões especiais dentro do Estado.



Começamos a conversar sobre essas possibilidades e tivemos informações extra-oficiais, mas de pessoas que são fontes seguras, de que existe realmente suspeição de uma relação muito grande de transporte de armas usando as rotas marítimas ali. Inclusive me deu o nome de algumas operações que já foram realizadas pela Receita Federal, que abre uma possibilidade muito grande de essa rota estar sendo usada, até porque as investigações são muito mais difíceis nessa rota do que na via terrestre. Há possibilidade de uso ali de várias ilhas, especialmente no Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo — essa rota. Eu estou perguntando ao delegado porque, como fez amplo trabalho de investigação, talvez ele seja uma fonte mais segura. Então, existe suspeição, mas nunca foi comprovado?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Nunca ficou determinado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas também nunca foi aprofundada investigação nessa linha?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Nessa alinha não, porque nós nunca conseguimos chegar aos piratas que faziam parte do PCC.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sim, outra pergunta. O Delegado falou sobre a utilização dos celulares no presídio. E eu queria saber se vocês tem noção também de quantos orelhões, telefones públicos, existem nos presídios, nesses em que foram encontrados os 1.200 celulares?

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Olha, nos presídios de segurança máxima não existem orelhões disponíveis. Nos presídios de segurança média também não existe. Você vai encontrar orelhão só nos presídios que admitem o regime semi-aberto, o semi-aberto não tem problema com a presença do... porque o preso pode sair. Então não tem problema a presença do orelhão, mas não se encontra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso em São Paulo.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Isso em São Paulo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É, porque lá no Espírito Santo, por exemplo, tem orelhão, no caso de detenção, qualquer tipo de presídio.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Não, não, São Paulo não é disponível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Segurança nenhuma.
(Risos.)

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Estranho, não é? Sempre foi questionada essa utilização dos telefones para comandar assalto e algumas



penitenciárias, alguns casas de detenção tem o telefone público ali, sem controle nenhum, porque os presos controlam os presídios, a maioria dos presídios brasileiros, ninguém tem a chave, o diretor, quem comanda é os presos, liga quem quer, a hora que quer. Sr. Presidente, quero fazer um registro: já ouvimos aqui vários depoimentos de autoridades no assunto, do Delegado Rui Ferraz, mais uma autoridade com certeza com fontes bastante contundentes para nós, e me causa surpresa que a maioria das pessoas que vêm aqui, tanto te do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Civil, todos têm Paraguai, Bolívia e Colômbia como fortes rotas do tráfico de armas do Brasil, e me pergunto por que não temos uma linha de trabalho especial das Polícias tanto Militar, Civil, Federal, Exército, todas as instituições envolvidas? Parece que são tratadas também da mesma forma que as outras, porque eu não conheço assim nenhuma linha especial, até agora não foi falado de investigação, de trabalho de operação, a não ser aquelas operações periódicas que acontecem nessa regiões, a gente não percebe e causa surpresa isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado, é o que nós pretendemos fazer: no fim da CPI dar todas essas sugestões para que possam agir. E durante a CPI queremos nós mesmos agir. Dr. Rui, eu quero desde já pedir a sua colaboração à CPI. Quer dizer, quando tiver conhecimento de algumas evoluções de algumas coisas, não só o senhor colaborar como a CPI vai se colocar à sua disposição também para essa colaboração recíproca, porque o que estamos vendo é que infelizmente essas linhas de abastecimentos de armas para essas organizações continuam abertas. Talvez não tenhamos a esperança de fechar todas, mas pelo menos dificultar. E é isso que queremos fazer. Hoje, o senhor disse francamente muitas coisas importantes para nossa CPI, coisas que as instituições não estão fazendo, e nós podemos... acho que não vem ao caso nem... por que não fizeram e tal? Não é esse o nosso problema. Nosso problema é que se não estão fazendo, então, como nós vamos fazer para isso começar a acontecer. Eu sou muito grato e vamos continuar o contato durante esse nosso trabalho. Quem sabe a gente possa se ajudar reciprocamente e assim ajudar melhor a sociedade.

Eu agradeço. V.Sa. tem direito às considerações finais. Logo depois vou suspender os trabalhos da CPI para podermos votar. Depois ouviremos o Sr. José Márcio Felício dos Santos, um dos fundadores do PCC. Hoje ele está numa facção



diferente ou até excluído da facção, vamos dizer assim. Então, tenho certeza de que há grande expectativa entre os Deputados e todos os demais do que o Márcio vai falar após retornarmos. Acho que ele pode ajudar também. É esse o sentimento que nós temos. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. RUY FERRAZ FONTES - Eu agradeço a oportunidade para poder falar um pouco do trabalho que foi feito em São Paulo, não foi feito por mim, foi feito por uma série de policiais que estão anônimos, mas continuam exercendo as suas funções nessa área especificamente. Posso adiantar que nós estamos preparando um projeto grande para atacar a facção, para atacar o PCC, e que pretende atingir especificamente a alimentação financeira deles, pretende atingir os criminosos que estão na rua hoje praticando os delitos em nome do PCC, e pretende recambiar para o regime disciplinar diferenciado aqueles indivíduos que hoje lideram o PCC, que talvez nós tivéssemos, tivéssemos tido o período de paz maior na ocasião em que essas pessoas ficaram em regime disciplinar diferenciado. Eu acho que aí cabe aos Srs. Deputados discutirem a forma de prestação de contas desses presos à sociedade, porque eles não estão prestando contas dos crimes que estão praticando. Da forma que está a execução da pena hoje, que a legislação acabou sendo elaborada recentemente, está fazendo com que eles cumpram essa pena, não está chegando, não está atingindo o objetivo. O Marcola, recentemente, protagonizou 9 homicídios dentro do sistema, e na cela dele foram encontradas as 4 armas que seriam utilizadas num resgate cinematográfico, onde seriam utilizados 3 helicópteros. Dois helicópteros iam descer no presídio, para não sair, para não ter uso, e só 1 helicóptero ia levar o Marcola e o Julinho Carambola de lá de dentro. Era esse o plano que ele tinha, de fuga. Isso acabou sendo debelado, porque acharam-se as armas dentro da sua cela, ele foi removido, mas ele já vai retornar para o sistema comum de cumprimento de pena, porque algum preso assumiu a responsabilidade pelas armas, e vai ficar numa RDD lá, e a gente não tem condição de isolar um indivíduo que é extremamente pernicioso para o sistema carcerário. Impede que os presos que eventualmente queiram se recuperar não se recuperem. Por quê? Porque estão diuturnamente sendo extorquidos por esses criminosos que formaram uma facção aí. Eu acho que a alteração da Lei de Execuções Penais ela deve vir no sentido de isolar não quem pretende se recuperar, mas quem demonstra claramente que não quer isso e tem que ficar isolado. Eu agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Dr. Ruy. Foi de grande colaboração a sua vinda aqui, e se for possível aguardar, o setor da Câmara já dispõe de um carro para levá-lo ao aeroporto. *(Pausa.)*

Então, eu peço que aguarde um pouco. Talvez a gente possa retornar e ter o senhor aqui conosco. Muito obrigado mais uma vez.

O SR. RUY FERRAS FONTES - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está reiniciada a sessão.

Vamos ouvir o Sr. José Márcio Felício dos Santos.

Peço à Segurança que traga o Sr. José Márcio Felício dos Santos para prestar depoimento. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como de praxe, as testemunhas prestam juramento — se for da vontade delas — de dizer a verdade. É um texto que a lei prevê. Se for da sua vontade, eu lhe submeto o texto. O senhor poderia ler essa parte, por favor?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade no que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor é mais chamado de Márcio, é isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seu Márcio, eu gostaria de, em primeiro lugar, informar-lhe do porquê da sua presença aqui. O senhor prestou alguns depoimentos, inclusive ao Delegado Ruy, que aqui está. Nós vimos todos esses relatórios, e tinha o Ministério Público também, e nós somos uma CPI que combate o tráfico de armas. Conseqüentemente, nós combatemos organizações criminosas também. Então, a sua vinda... porque o senhor deu algumas declarações e no meio daquelas declarações havia algumas coisas referentes a explosivos, armamentos, a coisas desse tipo, pessoas que estariam envolvidas com isso. E conseqüentemente, o PCC também estaria envolvido nesse contexto. Então, dentro desse contexto, do que acontece, quais as facilidades que têm hoje, então, o senhor teria a palavra por um tempo para poder falar o que bem entendesse nesse sentido.



Depois de usar a palavra, o senhor teria a argüição dos Deputados. Se tiver alguma coisa que o senhor gostaria de falar reservadamente só com os Deputados, sem ser filmado ou coisa parecida, o senhor pode depois solicitar isso e eu submeto ao Plenário para saber se eles concordam. Então, o senhor teria a palavra para falar sobre o que aconteceu. Eu sei que houve um tempo em que o senhor participava ativamente, mas depois houve uma deturpação no PCC, se eu entendo assim pelas informações. Então, o senhor poderia falar livremente sobre isso e como isso aconteceu, qual a sua idéia a respeito disso.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O senhor quer que eu explique o fundamento da facção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fique à vontade. Se quiser começar pelo início, o que aconteceu que houve uma mudança, essas coisas todas.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente, é porque eu mesmo estava aqui esperando as perguntas, as pessoas que quisessem saber estar aqui para experimentar, porque o começo da facção acho que todo mundo já sabe porque foi ou porque não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que tem muita gente que não é de São Paulo aqui, eu mesmo não sou. Então, as pessoas de São Paulo eu acho que ouviram muitas vezes sobre isso, mas, por exemplo, o Deputado Luiz Couto é da Paraíba; eu, do Ceará. Então, se o senhor quiser...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tudo bem. Pronto. A facção criminosa PCC ela deu início a um começo de um time de futebol, devido ao Centro de Readaptação de Taubaté, que era um presídio para onde eram transferidos os presos que cometiam crime dentro do sistema penitenciário, e lá era levado por um tempo indeterminado. A gente ficava lá e não sabia quanto tempo ia passar lá. E a partir desse tempo que passávamos lá, éramos espancados, humilhados. Era um lugar que não tinha condição de conviver. E nós nos juntamos em 180 presos, começamos a fazer umas reivindicações, mas mesmo assim não deu certo. Foi quando montamos um campeonato, que houve através desse campeonato duas mortes, e foi através dessas duas mortes que foi fundado o PCC e através de um time nasceu o PCC. No início, o PCC nasceu para quê? Para combater as injustiças que aconteciam dentro do sistema carcerário, porque a ditadura era muito grande, as pessoas nos oprimiam demais, apesar de a gente ter errado, mas o lugar que



eles deixavam a gente ali era um lugar totalmente desumano. Mas, de repente, foi crescendo e as coisas foram tomando outro rumo. Foram tomando outro rumo, com a retirada dos líderes do Estado de São Paulo para outro Estado, o PCC ficou na mão de outras pessoas, mas nós do outro Estado comandando ele, mas com outras pessoas. Aquilo foi tomando uma proporção muito grande, quer dizer, aí veio a era do celular que acabou de expandir mais ainda. E assim começou a haver resgate, tráfico de droga, tráfico de arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, se eu entendi bem, o início do PCC era mais uma reivindicação para os presos não sofrerem maus tratos.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, era mais uma reivindicação contra o sistema, devido aos maus tratos que aconteciam dentro do sistema carcerário na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Depois, houve uma deturpação disso.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí começou a se tornar uma organização criminosa mesmo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, aí foi que começou a passar uma organização criminosa, que começou a sair de dentro dos presídios para fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E houve até um rompimento entre tu e o Marcola?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Houve um rompimento entre eu e o Marcola foi agora em 2002, devido a Dra. Ana faleceu. Ele achou que a ordem tinha sido dada da diretoria, mas essa ordem não tinha sido dada da minha parte, mas houve a ordem realmente. A Dra. Ana também foi descoberto que ela andava passando uns telefones para a secretaria, que eram os telefones que eram grampeados, e assim através desses grampos a polícia conseguiria chegar até nós. E através disso ela morreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa Dra. Ana era o quê? Era advogada?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era advogada. Ela advogava para o partido todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O partido que tu chamas é o PCC.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. Ela advogava para todo mundo. Então, onde um preso estava, ela ia, visitava. Precisava de uma assistência em outro Estado, ela dava uma assistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vocês criaram algum estatuto? Alguma coisa nesse sentido?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, foi criado um estatuto pelo fundador o finado Misael, ele que criou o estatuto em 97.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tinha um estatuto, então?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele criou um estatuto em 97. Que foi da idéia dele mesmo criar um estatuto e expôs umas regras dentro do estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A princípio de respeito, era isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, de respeito. A princípio de respeito, a princípio de lealdade para o comando e ficou valendo. Até hoje isso tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual era a grande diferença entre vocês? Porque vocês surgiram depois, eu acho, do Comando Vermelho, aquele pessoal do Rio. Qual era a diferença que tu achavas entre esses dois?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, o Comando Vermelho ele faz mais um trabalho social, ele faz um trabalho social nos morros através do tráfico, mas faz um trabalho social. O que o Governo não faz, eles faz. E nós, não, nós surgimos dentro da prisão, porque, na verdade, nós não esperávamos que o PCC crescesse dessa maneira, porque a nossa luta era interna. Era para combater as injustiças que sofriamos, porque, na época, a injustiça era demais e não adiantava reclamar para as autoridades, não adiantava reclamar para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com o andar do PCC e tudo o mais e essa transformação que aí já tornou ele mais uma organização do que um grupo de idéias, mais ou menos isso, não é?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como ele se abastecia de armamento e de dinheiro? Como era isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, aí já começou... o PCC começou a ter uma caixinha. Aqueles integrantes que estavam lá fora dariam mil reais por mês e aqueles que estavam dentro 25 reais. E aqueles que estavam lá fora ia fazendo um comércio de tráfico, para dar uma assistência para as famílias, para alugar ônibus para levar para os presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tinha muita dificuldade... eu digo agora, por exemplo, o Marcola domina o PCC, é isso hoje?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Automaticamente, ao que parece, é o Marcola que está na cabeça do PCC, mas eu acho que existem pessoas mais por detrás dele. O Marcola, na realidade, ele não tem todo esse domínio do PCC. Muitas coisas que são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a relação do Alejandro com ele?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu achas que o Marcola é tipo rainha da Inglaterra, tem gente ainda por trás?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, exatamente, porque ele na realidade não é uma pessoa que procura uma liderança. Eu podia até querer falar alguma coisa, mas eu jurei aqui falar a verdade. Então, eu acredito que, apesar de ele ser meu inimigo, mas eu não confio que ele está como cabeça das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas hoje evoluiu muito isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Evoluiu. Hoje automaticamente o PCC está sem comando, na realidade. Todo mundo está mandando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu ouvi falar que tinha um grupo de mais de uma dezena de pessoas que era tipo um...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Hoje se faz mais uma cúpula de uma reunião do primeiro escalão, do segundo escalão. De primeiro, não. De



primeiro existia um comando, porque a palavra final era nossa. Todo mundo podia optar, mas quem dava a palavra final era só nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Dr. Rui hoje disse que nos presídios dificuldade de celular não existe, porque infelizmente nos 27, os 27 têm celular funcionando.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - São 134 penitenciárias que temos no Estado de São Paulo atualmente com 112.520 presos. Raramente, não tem uma que não tenha celular. Celular não é o bloqueador não é nada que vai evitar o celular. Depois que veio o celular os presos estão usando o celular. É normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí o presídio vira um quartel-general para todas as atividades?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Cada presídio tem o seu quartel-general. Tem o seu piloto e cada piloto faz a sua correria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O piloto seria o comandante do presídio?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, que comanda o presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí ele tem mais... ele tem lideranças menores do que ele?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Ele comanda aqueles que são chamados soldados. E existe um piloto geral que ele passa para esse piloto geral toda a estratégia do que acontece dentro daquela penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo. Está bom. Já estamos evoluindo. Eu pergunto à Relatora se quer perguntar agora? Então, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - José Márcio, você disse para o Deputado Moroni que o Marcola não procurava uma liderança. Todos os dados que nós temos são ao contrário, dizendo que inclusive nas rebeliões ele faz questão que o nome dele seja citado. Quando do episódio da esposa dele e depois com o rompimento que vocês tiveram, ele sempre fez questão de mostrar publicamente que ele era o chefe dessa organização. Por que você acha que ele quer mostrar que o chefe da organização e que dá as determinações aos pilotos, se não é?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É como eu digo. Eu conheço o Marcola desde o começo da facção, desde o dia que foi para fundar a facção e ele ficou em cima do muro. Ele tremeu no dia em que foi fundada a facção que foi através de 2 homicídios. Ele não saiu da cela. Eu conheço ele desde esse começo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E você acha que ele então...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele é mais imputado às coisas, às vezes, diretamente para ele. Não vou dizer que ele não seja, mas muitas coisas mais... tanto é que ele passou agora de um tempo para trás ele passou uma ordem para o sistema que quem quisesse fazer rebelião faria, cada um assumiria os seus atos. Isso não faz papel de um líder.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas não é verdade que existem 700 pilotos mais ou menos? Quantos pilotos têm hoje no comando?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Deve ter nessa base.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Uns 700, não é isso? Quem controla isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Mas um líder não pode passar para todos os piloto para passar para o sistema penitenciário que quem quiser fazer faça, que cada um assume o que fizer. Então, não existe uma liderança. Você está fugindo da liderança, porque, se todo vai fazer, assumir, não precisa consultar um líder.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, olha só, alguém tem que organizar isso, porque... vamos lá, vamos por parte. Qual é a atividade do piloto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A atividade do piloto é organizar o presídio, administrar tudo o que acontece dentro daquele presídio e levar ao piloto geral, que é esse piloto geral que chega até o primeiro escalão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo. Então, ele organiza aquele presídio?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E como é que ele se comunica com o pessoal de fora? Quem gere esse dinheiro, esses 1.000 reais de gente de fora?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Essas pessoas que são integrantes do partido que estão para fora, eles são cadastrados.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Cadastrados mesmo no papel?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELICIO DOS SANTOS - Exatamente, no papel. Então, todo mês...Existe um piloto lá fora, que nem na base da Zona Leste de São Paulo: existe uma pessoa para fazer a arrecadação daquelas pessoas que são da Zona Leste.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como é que isso fica registrado, como é que, vamos dizer, o comando do partido sabe?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELICIO DOS SANTOS - Ah, sabe porque é fácil, porque existe...é o conhecimento. Então, a gente sabe. Então, "o fulano de tal está na rua". Então, aquele fulano está na rua. Ele tem o compromisso de pagar 1.000 real todo mês. Então, ele está registrado. O piloto da rua, que seja o piloto central, naquele mês ele vai conferir se aquele fulano de tal pagou. Se ele pagou, vai estar marcado ali que ele contribuiu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, se tem registro, tem papel?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELICIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É papel ou computador?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELICIO DOS SANTOS - É papel. Hoje está fazendo até no computador, não é? Está mais informatizado, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E como é que a gente... Não. A pergunta era na verdade se você colaborou com a Justiça, não é? Você, em troca da diminuição de pena, tua e da tua esposa, pelo que eu li no...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, foi através disso daí, porque, na realidade, quando começaram as coisas, já vinha vindo assim numa trama da parte do Marcola e da parte da doutora. A senhora está entendendo? Senão, eu não tinha colaborado. Mas aí a minha esposa foi presa e eu tive de participar. Mas, na realidade, eu já estava sendo traído por eles há tempo, porque todas as ordens que eram passadas de dentro do centro de Bernardes para eles, essas ordens chegavam na secretaria, não chegavam onde era para chegar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você já estava sendo traído. Mas você conhece todo o esquema.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, conheço todo o esquema porque eu sou um fundador, o PCC nasceu da minha cabeça, da minha



idéia. Nenhum dos que estão hoje aí são fundador, a não ser o César Augusto Roriz, que está em Presidente Bernardes, que é o único fundador.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Cezinha, não é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, o Cezinha. Porque o resto, ninguém é fundador. Ninguém sofreu, ninguém passou por nada, a não ser eu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim. Então, eu estava perguntando ao Deputado Moroni e pergunto a você: você não tem nenhum problema de falar tudo publicamente, tem?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, dependendo das coisas que devem ser faladas, não é? Porque não adianta, se está se investigando, não adianta falar uma coisa publicamente que vai ser investigada, não vai se conseguir investigar, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo. Então, eventualmente, uma parte da reunião era talvez ideal que fizéssemos reservadamente, para que você pudesse...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...falar um pouco mais, não é? Essa empresa de nome Nova Odessa, ela servia como lavagem? O que é a... para lavar o dinheiro...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Empresa de ônibus?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É de ônibus? Eu acho que é.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ou é a empresa de Campinas, de...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Acho que é a empresa de...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Agência, não é? Agência de automóveis.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agência de automóveis. Isso.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. É, uma fachada para lavar o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ela ainda existe?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Até 2002 ela existia, não é?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Depois você não soube de mais nada.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Depois eu não sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Um aparte, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputada Laura, um aparte.

Apenas... a empresa que vendia carros se chamava Nova Odessa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nova Odessa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sediada em Campinas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor se lembra o bairro ?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não lembro o bairro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Até 2002 então funcionava normalmente, como lavagem de dinheiro do PCC.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora, quando... Bom, voltando aqui aos nossos pilotos. Então, funcionam mais ou menos 700. Esses pilotos são de alta rotatividade, ou são os mesmos desde a sua época, digamos assim?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, o piloto sempre vai trocando. Às vezes um é transferido para outra penitenciária, aí entra outro. Então, ele vai sempre trocando.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas qual... Eu queria entender qual é o...como é o contato do piloto na rua?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O piloto faz o contato através de celular.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim. Claro que ele faz contato através de celular. Mas, quem comanda essa estratégia da rua?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O piloto da rua é posto pelo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É outro piloto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É outro piloto. Ele é posto por um piloto da cadeia.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele é indicado pelo piloto da cadeia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele é indicado. Ele é indicado pelo primeiro escalão. Então, ele é um homem de responsabilidade. Então, aquele homem é para arrecadar o dinheiro da Zona Leste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permite-me, Deputada?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é o critério para escolher o piloto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A lealdade, a sinceridade.

SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A lealdade?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A lealdade, a sinceridade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a cada atividade... Como é que vocês controlam... por exemplo, o piloto da rua que foi escolhido: ele foi lá, vendeu x de cocaína. Como é que você controla que ele vai contribuir? Ele contribui com percentual?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou ele contribui, sempre, com os 1.000 reais fixos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Ele contribui, sempre, com os mil reais e um pouco a mais. Mas, muitas vezes, nisso daí, sempre sai uma roubada. Sei, porque, às vezes, muitos já morreram por causa disso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! O pessoal que "dá o banho" morre?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, morre. Já acontece... sempre acontece de ser extraviado o dinheiro...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E como é que esse piloto da rua consegue chegar às armas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Aí, ele faz contato...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com..

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele faz contato com as pessoas de fora, e consegue trazer as armas para lá.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Das de fora... vamos lá. Embora eu não vá te perguntar com detalhes agora, só vou te perguntar com detalhes na reservada, mas ele compra no Estado de São Paulo ou ele compra fora, no Paraguai?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele compra fora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele compra no Paraguai?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, aí, tem, digamos...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Aí, tem os meios de transporte, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quais são os mais comuns? Quais são os meios de transportes que se tem?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ah! Tem diversos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E isso também é controlado pelo piloto chefe daquele grupo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, é comandado pelo time do primeiro escalão, não é? Se vai ter uma compra de arma, o primeiro escalão está sabendo que vai ter uma compra de arma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a ação...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Aquele dinheiro vai ser usado para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse primeiro escalão é como se fosse um conselho, assim?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse primeiro escalão, são quantos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos têm nesse primeiro escalão, mais ou menos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Agora, eu acredito que deve ter uns 10, 15, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dez, 15e nesse primeiro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Agora, acredito...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quer dizer, o Marcola é um deles?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. No nosso tempo só existia 8.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Celso é outro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - No nosso tempo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem são os 15, digamos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Hoje?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Hoje.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Hoje, quem está mais aparecendo é o nome do Marcola, o nome do Julinho Carambola, do Abel. São essas as pessoas que aparecem mais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas o especialista em arma não é o tal de... — espere aí, é muito nome na cabeça — Carlos Magno Zito Alvarenga, o Nego Manga?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É o que faleceu agora, na segunda-feira passada. Foi morto em Araras pela própria facção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por que você acha que ele foi morto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele tinha sido excluído do partido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por quê?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O motivo, eu não sei, porque eu já tinha saído do partido. Mas ele tinha ficado no partido e, depois, ele tinha sido excluído. Acho que teve um motivo. Parece-me que ele mandou matar um rapaz lá na rua e não foi consultado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou seja, não perguntou para o comando se podia ou não?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E era ele quem tomava conta das armas? Digamos, era o que mais comprava?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente. Ele tinha acesso direto para comprar essas armas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E além dele quem mais podia ser?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Agora, quem ficou no comando?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, antes. Quem comprava arma?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tinha diversas pessoas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Este Luiz Carlos Galego...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Galego?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Magaiver.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Magaiver?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sogro do Magaiver?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, o Magaiver mexe com explosivo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! O Magaiver mexe com explosivo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Mexe com explosivo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ele...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele é que fazia os "montamentos" de carros-bomba.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele fazia carro-bomba?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas também são... vamos dizer, são do segundo escalão ou são do...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Magaiver, bem dizer, ele já não faz parte do segundo escalão, ele faz parte, sim... um cara que tem uma inteligência para mexer com explosivos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, ele é só, vamos dizer, um operador?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É um operador.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas ele não faz parte do comando da organização?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele não faz parte de opinar, dar opinião. A opinião dele não tem tanta validade.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele é contratado para aquela atividade?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E da mesma maneira, são contratados os que compram armas, ou...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Dependendo. Às vezes, as pessoas que compram armas têm opinião que é válida dentro do comando.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É que às vezes é difícil. Como é que isso funciona? Finge que você está relatando um filme para nós. Como é que, de repente, eu estou lá, sou do comando, primeiro escalão, quero mandar comprar não sei quantos fuzis, o que eu faço? Como é que faz? Explique o caminho, pra a gente entender.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Muito simples: às vezes, você está lá dentro do presídio, aparece uma ligação: *“Olha, fulano está ligando, tem um canal que tem tantos fuzis pra comprar, quer 80 mil”. “Oitenta mil? Quanto tem de dinheiro na caixa?” “Tem tanto”. “Dá pra comprar?” “Dá”. “Então, fala pro piloto encomendar”*. E faz a transação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, é sempre o canal que vem. Mas quando quer achar o canal?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ah! o canal é fácil, porque sempre tem os simpatizantes, os primos leais, que são aquelas pessoas que não são do partido, mas têm uma simpatia. Essas pessoas já têm os canais deles pra fora. Então, é fácil de fazer a infiltração e conseguir trazer essas armas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, Presidente, depois eu pergunto mais. Deixa os outros Deputados perguntarem também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou seja, pra a arma não tem grandes problemas, se quiser?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pra arma, pra droga, pra celular, pra nada tem grande problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pra nada tem problema. Tendo dinheiro...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tendo dinheiro, se compra tudo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...se compra tranqüilamente.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É uma realidade dura!

Mas vamos aos inscritos. Deputado Luiz Couto, com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Márcio, você disse que foi um dos fundadores do PCC e, a partir de um time de futebol, o objetivo era combater as injustiças do sistema carcerário, não é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A partir de que momento o PCC passou a ser uma organização criminosa, no sentido de...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Que veio a se expandir mais, que veio tomar conhecimento do...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. A partir de quando?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Foi de 2000 para cá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, aí, você continuou na...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, até 2000, ainda continuava na facção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você saiu por quê?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Saí, em 2000, devido à uma confusão que teve.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você com quem?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu, o Marcola, o César...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Marcola. Foi pela...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pela morte da doutora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pela morte da doutora.

Quem determinou a morte da Dra. Ana?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A morte da Dra. Ana foi determinada pelo César. O César determinou e passou...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - César?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Ele passou para a esposa dele e a esposa dele transferiu para o irmão dela essa determinação de matar a doutora. Mas, no mesmo tempo, ele já tinha mandado essa ordem ser suspensa. Mas devido a uns problema que a doutora tinha descoberto, que a mulher do César



estava saindo com uma pessoa, então, ela pediu para o irmão dela continuar. Não transmitiu que era para suspender. E acabou acontecendo, porque foi levantado também que a doutora tinha passado os telefonemas do César para a Secretária. Que ela, então, ia em Presidente Bernardes, pegava as informações que tinha, que era para serem transmitidas na época pro Marcola, que nós tínhamos deixado de piloto geral, porque nós somos do DEIC e numa megaoperação foram todos pra Presidente Bernardes, inclusive, só o Marcola que não foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além do caso da Dra. Ana, ou seja, a Dra. Ana também era, ou seja, o próprio comando acompanhava também os passos dela?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A Dra. Ana acompanhava o crescimento do comando desde o começo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas, por exemplo, o comando também...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Acompanhava os passos dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tudo dela?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É comum acompanhar qualquer um que faz o serviço?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque, veja bem, ela era advogada. Então, ela estava a par de todas as atividades, porque, às vezes, ela tinha de levar um recado, ela tinha de levar uma mensagem pra alguém de outra penitenciária, fazer uma visita em outro Estado pra outro preso, porque era mandada do comando. Então, ela estava convivendo dentro do comando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É comum os advogados fazerem intermediação para o pessoal...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. O advogado que se preze, que cumpre seu papel de advogado, não seria comum, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Mas tem?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Mas existe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Existem advogados que fazem intermediação também...



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Existem. Justamente, que leva...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO –...com o comando que está lá, ou o comando que está fora?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O que está fora, o que está preso, o que está...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que está preso. Você disse que, depois, o PCC assumiu um outro rumo e, aí, com a retirada de líderes para outros Estados. Onde o PCC hoje está presente? Em que Estados o PCC está presente?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Na nossa passagem pelo Mato Grosso do Sul, o PCC está presente; no Paraná. No Paraná tem o PCP, Primeiro Comando do Paraná, que foi fundado por nós, na época, quando nós passamos lá, que ficou como irmão do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só nesses lugares? Por exemplo, Pernambuco?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pernambuco, não tenho notícia. É mais fantasia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fantasia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Uma vez vai alguém para lá, mas não tem, assim, os dados corretos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Onde você tem certeza é Mato Grosso...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. Paraná, Mato Grosso...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mato Grosso. Rio Grande do Sul, nada?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Rio Grande do Sul, Florianópolis...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque tem muito integrante. Na rebelião do...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Minas Gerais?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Minas Gerais, têm alguns perdidos por lá, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bahia?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Bahia tem, porque teve o finado Wander Eduardo, o Wanderjão. Ele esteve uma temporada lá e batizou alguém lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. No Norte tem alguém? Por exemplo, Pará?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amazonas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Para lá, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Você rompeu com o Marcola e você disse que o PCC tem uma caixinha, que era contribuição de quem estava fora e de quem estava dentro e era para ajudar na família inicialmente, para contratar ônibus para levar o pessoal. Quando é que essa caixinha se transformou numa caixinha para lavagem de dinheiro...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Essa caixinha...a primeira caixinha que houve era mais pra assistência, que era fraca no começo. Era 25 real. Os outros que estavam em condições lá fora cediam 500 real no mínimo. Depois que ela começou a ter força, começou a ter mais integrante lá fora, que as fugas foram acontecendo, um resgate que foi acontecendo, começou a ter mais pessoas lá fora. Então, foi aumentada. Ela passou a mil real E esse dinheiro começou a servir pra quê? Pra dar assistência às famílias e, ao mesmo tempo, a comprar arma, a comprar droga, a financiar resgate, a financiar fuga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quando é que o PCC começou a comandar, por exemplo, a questão de seqüestro, de cobrança de pedágio, de organização de cooperativas, de alternativa de kombeiro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Porque ele tomou mais rumo, expandiu mais de 2000 pra cá, que foi a era do celular. Aí, veio o celular, expandiu pra todas as penitenciárias. Então, de 2000 pra cá, ele tomou rumo melhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, aí, quem é que comandava nesse tempo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - De 2000, eu que comandava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você comandava?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa ligação com os kombeiros, como é que se deu?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Em 2000, ainda nós não tínhamos essa ligação com kombeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tinha não?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não tínhamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quando é que ela começou?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ela começou agora, depois de dois mil e pouco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você fala, em um depoimento seu, que o Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, teria confessado a você que teria participado do assassinato do Prefeito de Campinas, Toninho. Você confirma essa...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...que ele teria participado?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele confessou para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele só, ou teriam outras pessoas que teriam participado?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele confessou que ele estava na operação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele estava no comando?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque... O caso do Andinho é assim: quando eu cheguei em Presidente Bernardes, o Andinho estava jurado de morte, porque ele não tinha contribuído com uma parcela do dinheiro da caixa quando ele estava na rua. Ele não tinha contribuído com uma parcela. Então, ele foi jurado de morte devido... Num seqüestro que ele fez, o Fininho foi pego. Ele levou a polícia até esse cativoiro, e o Fininho, numa troca de tiro, faleceu. Então, ele ficou jurado de morte. Quando eu cheguei a Presidente Bernardes, ele estava na mesma galeria que eu. Então, ele ficou meio assustado. Conversa vai, conversa vem, nós saímos pra visitar junto. Aí, eu tirei o decreto de morte dele. Comuniquei todo mundo, falei: "Ele não vai morrer", eu estava na liderança, então, foi respeitado. Aí, começamos a sair, conversa vai, conversa vem e chegamos na conversa do prefeito. O prefeito, automaticamente... O motivo foi para desalojamento de...porque



ele queria desalojar uma propriedade, lá, que era os pontos de Kombi, de lotação. Então, ele tinha um monte de van nesses pontos. O motivo mais claro foi esse daí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nesse ponto, também, havia...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Havia tráfico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - o tráfico de armas...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...de drogas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - De drogas. Tudo, tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Drogas. Também locais de seqüestro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, corretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seqüestro também. Então, o Toninho teria sido assassinado, porque estava atrapalhando os negócios do PCC?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Bem dizer, não do PCC...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De quem?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Do Andinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Andinho.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Porque o Andinho, até então, ele já tinha sido excluído, nessa época do PCC, pelo piloto, porque ele não tinha participado da contribuição que ele tinha prometido. Então, ele estava cometendo um ato isolado. Um seqüestro que ele estava cometendo, ele não estava contribuindo. Ele estava cometendo um seqüestro com polícia e não era permitido dentro do PCC esse envolvimento de ladrão e polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ladrão e polícia? Como é? Explica melhor isso, aí.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque o Andinho cometia o seqüestro, mas junto com polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! com polícia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Com polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele estava vinculado com policiais?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Policiais civis e militares?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era da Civil, era da Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Civil?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era Civil. Quer dizer, então, não era admitido isso aí dentro do PCC.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quer dizer que o PCC tem um código de honra?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado, só um aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela regra de vocês, nenhuma atividade criminosa, seja narcotráfico, seja tráfico de armas, seja roubo de carga, seja o que for, pode ter atuação de polícia. É isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Pode ter atuação se o policial estiver cooperando com nós. Agora, não polícia programando seqüestro, fazendo... atuando junto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! Ele não pode concorrer, digamos assim?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como disse bem o Deputado, ele não concorre?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele não concorre, não é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele pode ajudar na atividade.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Agora, se ele quiser ajudar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É bem-vindo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É bem-vindo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Interrompendo, eu sei que V.Exa. estava falando do Toninho, mas ele falou disso, nos interessa. De alguma maneira, vocês tinham contatos com os policiais diretamente, de forma fixa?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ah! tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tinha, não é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tinha.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E deve ter até hoje. Quer dizer, você não está mais na área, mas, enfim. Como é que se fazia o pagamento desses policiais?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Os pagamentos, mandava uma pessoa, advogado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O advogado era quem normalmente ia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O advogado era aquele Dr. Alexandre...Tem um advogado aqui, Abraão Samuel dos Reis. Ele era um desses?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era meu advogado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Era teu advogado esse? E ele também fazia essa atividade?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Fazia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só ele? Tem algum outro advogado?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tinha ele, tinha o Dr. Anselmo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dr. Anselmo de quê?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não lembro do resto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De onde, o Dr. Anselmo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Também de São Paulo. Você se lembra de alguma...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aquele que foi preso, aquele advogado que foi preso, famoso, chegou a ser preso.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, foi preso mesmo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Também foi preso. São muitos policiais que atuam diretamente com o PCC? São todos da Civil? Tem gente da Militar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Não têm muitos policiais que atuam. Mas têm alguns que atuam da parte da Militar, da parte da Civil.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nesse caso específico do Andinho, do Toninho do PT, a atividade do Andinho não era uma forma de lavar dinheiro em atividades de Kombis? Não foi muito mais por isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, exatamente. Ele lavava o dinheiro, como também nessa empresa que tinha lá, da Odessa...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da Nova Odessa.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - De Nova Odessa, que tinha parte também. O cara lavava dinheiro para ele lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também era espaço para seqüestro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. Então, o dinheiro dele era todo lavado aí. Aí, foi quando foi decretada a morte, porque foram descobertos os passos dele, que ele tinha toda essa operação, e não estava cooperando. Foi... quando foi tirado o decreto dele é que eu tomei conhecimento, através dele, de todo esse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - ... que ele matou, que ele fez... que ele fez, através disso daí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma vez entrando no partido, que vocês falam, é lealdade absoluta?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se descumpre a senha é o quê?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pena de morte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pena de morte. Mas você disse que havia uma pena de morte e você a retirou. Também tem... Como é esse esquema?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Retirei, porque eu dava... eu era a última palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Você era a última palavra?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu era a última palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, existe uma...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu poderia aceitar também de outros, se viesse um pedido. Mas todo o mundo estava contra ele na época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então naquele momento você era o piloto-geral?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu não era o piloto geral, nunca fui o piloto, era o fundador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fundador. Era mais do que o piloto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, era mais do que piloto. Porque todo o mundo tinha o direito de opinar, mas a última palavra quem decidia era eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - E o César. Eram as palavras dos fundadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eram o César e você?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Então, qualquer fundador que desse a palavra, os outros fundadores não questionavam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não questionavam?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não questionavam. Os direitos eram iguais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas outros deram uma determinação de que...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Deram uma determinação do decreto...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E você retirou, porque...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - E eu retirei, porque eu poderia tirar esse decreto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. Então, você tinha ascensão sobre os outros?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra coisa: eu queria... você falou de uma rota de tráfico, de armas e de drogas que vêm do Paraguai. Além disso, as armas e as drogas vêm de quais outras rotas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Isso aí, eu gostaria de falar em sessão reservada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Reservada? Essa pergunta, Sr. Presidente, na questão das rotas, ele gostaria de falar em caráter reservado.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Sem problema.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, aquilo que você não quiser, você diz logo “em caráter reservado”, para a gente... Com relação ao fato da presença, o sistema de rodízio que havia entre vocês, por que esse sistema de rodízio entre o comando? A informação é de que vocês iriam fazer um sistema de rodízio. Por que esse sistema de rodízio?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. No nosso tempo nunca teve esse sistema de rodízio. Nós éramos os fundadores, nós éramos as últimas palavras e os outros eram os pilotos. E eram pilotos mesmo, obedeciam ao que nós mandávamos fazer. Não tinha que ficar 2, 3, 4 consultando 20 opiniões. A palavra final era nossa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, esse rodízio era muito mais a autoridade que faziam para separar vocês?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para que vocês não ficassem...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O que as autoridades fizeram foi nos transferir para outro Estado para tentar descontrolar. Só que acabou expandindo para outro Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Há uma informação de que a sua companheira, sua mulher Petronilha Maria de Carvalho, foi presa quando visitava o senhor no Presídio Presidente Bernardes e que o senhor usava a sua esposa para articular ações criminosas, e que nessas o senhor planejava uma ação, que era de chamar atenção, que era um ataque ao prédio...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Da BOVESPA

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Bolsa de Valores. É verdade isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente. Nessa época, eu tinha ido para Presidente Bernardes e não tinha nenhum tipo de gravação contra a minha pessoa. Eu fui mais para Presidente Bernardes porque eu era um líder, e que não podia ser. Eles diziam que quem ia para lá era só com motivo comprovado. E não tinha nada comprovado contra a minha pessoa. Eu era um líder, mas não tinha sido pego em nada que demonstrasse que eu estava cometendo qualquer coisa. Eu fui para Presidente Bernardes e passei 6 meses. A promessa que me foi feita e não me tiraram. Passei mais 6 meses, a promessa também não foi. Eu



pedi para a minha esposa passar um alô para um rapaz no sistema que eu queria uma “festa” por dia, que seria uma bomba por dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por dia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Por dia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Aí, fizeram uma “festa” por dia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - E foi nesse intervalo que a Ana trocou o celular da minha esposa. O celular da minha esposa passou a ser um celular grampeado. Ela passou essa mensagem, que ficou grampeada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E o senhor ficou lá em Presidente Bernardes quanto tempo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu fiquei 1 ano e 8 meses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá, o senhor não conviveu com Fernandinho Beira-Mar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Quando eu estava lá, o Fernandinho tinha acabado de chegar. Mas ele ficou numa ala, eu fiquei na outra. Ele não conversa com ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Agora, uma coisa que eu perguntar para o senhor: por exemplo, o Júlio César, conhecido por Julinho Carambola, era também do primeiro escalão?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Na nossa época, o Júlio César nunca foi do primeiro escalão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? E...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele viajou para o lado... ele foi para fora... Ele foi até enganado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi enganado?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Na época, a Secretaria o pôs... era para ir o Eduardo, que era um dos fundadores... Aí, puserem ele — nós estávamos em Taubaté. E ele foi junto conosco. Ele andou junto conosco no Mato Grosso, no Paraná, mas ele nunca foi nenhum fundador, nenhuma liderança, nada. A gente tinha uma estima por ele, porque o César, que o tinha batizado no comando, devido às mortes que fizeram juntos na penitenciária do Estado. Então, ele era afilhado do César. O César tinha uma estimação por ele. Mas ele nunca tinha



opinião para dar. A opinião dele nunca foi válida, na nossa época, concretamente. Tinha uma consideração de escutá-lo, mas ele não apitava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Ele foi assassinado, o Julinho?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Julinho Carambola?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está vivo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Está vivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está vivo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, hoje está vivo. Hoje, está sendo noticiado, como está saindo na mídia, que está assumindo o primeiro escalão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ao primeiro escalão?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Agnaldo Souza dos Santos, vulgo Baianão, qual é a posição desse na...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Baianão, na nossa época, era apenas um piloto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um piloto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era um pilotinho. Ele comandava só o que mandávamos ele fazer. Porque ele tem várias "bocas de fumo", de drogas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Faca está na mesma posição?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. O Faca, passei a conhecê-lo quando eu estava no Bangu I. Ele precisou... eu precisei dele para fazer umas missões para mim, e ele começou a fazer umas missões para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Caramujo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Caramujo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alexandre Aparecido Fernandes, vulgo Caramujo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Caramujo veio depois, também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também? E o Faísca, o Nilson Paulo Alcântara dos Reis?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O Faísca? O Faísca já era da nossa época. O Faísca, foi que eu mandei passar para ele, que estava levando diretamente o carro... mandou o carro para a Bolsa, para a BOVESPA.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi a partir dele que pegaram isso, aí?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Foi a partir dele que conseguiram pegar a gravação telefônica que a minha mulher estava passando para ele. Na realidade, não era nem para passar para ele. Ele atendeu o telefone e se prontificou, ele mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, foi o...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Foi ele quem negociou o carro-bomba, quem mandou entregar o carro-bomba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi o Faísca que entregou o serviço?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Na realidade, ele caiu no grampo. Eu não posso falar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Entregou, porque falou.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, exatamente. Quer dizer, aí, a doutora negociou com ele, e foi entregue o carro-bomba, e ele fez um acordo para não ir para o castigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Nego...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Mas não teve coragem de falar que a minha mulher... que não tinha sido ela que tinha entregado o carro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. E o Nego Manga, Carlos Magno Zito Alvarenga?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Alvarenga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual é a posição dele? Qual a ligação dele lá no PCC?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Na época, ele era piloto. Ele era meu afilhado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu afilhado?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era meu afilhado. Então, eu tinha deixado ele de piloto nas penitenciárias.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Fale dessa questão da relação de afilhados. Como é que se dá isso aqui?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Afilhado, é quando...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cada chefe tinha um grupo...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Afilhado é quando se batiza uma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Então, você passa o estatuto para ela, ela lê aquele estatuto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Se ela estiver de acordo com todos aqueles itens que estão dentro do estatuto...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa pessoa que é afilhada...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Aí, ela escolhe um padrinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ela mantém essa relação de fidelidade?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. Então, quer dizer que tudo ela leva até o padrinho dela. E ninguém toma uma atitude com ela antes de consultar o padrinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quer dizer... significa que ninguém vai fazer nada com aquela pessoa, porque o chefe dá proteção?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. É porque ele tem um padrinho, certo? Se ele for afilhado de um chefe, como o Manga era, tem privilégio maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto, peço só que vá concluindo, porque temos uma boa lista de inscrição. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vou concluir. São só mais 2 perguntas. Uma, é o Luís Carlos Galego. Dizem que esse Luís Carlos Galego tinha formação em analista de sistemas e era integrante do Primeiro Comando da Capital.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Ele tinha essas informações...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era ele que analisava tudo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, ele fazia umas análises.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não que ele seja do primeiro escalão. São pessoas que têm essas condições, estudadas, tem uma...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era ele que montava os explosivos...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, então era essas pessoas que a gente... se usa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele tinha ligação com o Magaiver, não é? Era sogro, coisa assim.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era ele que fazia montagem dos artefatos explosivos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, corretamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, era um cara que entendia da...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Que entendia, era um especialista. Então, tinha de ter uma pessoa especialista dentro do grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tenho uma curiosidade. Arma e coisa assim, a gente consegue fora. Explosivo conseguia aqui dentro mesmo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Explosivo aqui dentro, conseguia pra fora também. É mais em gel, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em gel, que era?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É. Nós estávamos usando mais em gel. Todo o explosivo que foi pego foi mais gel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso é usado também pra pedreira, coisa assim?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, se usa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então é mais fácil de conseguir?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É mais fácil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Márcio, qual era a posição do Conrado, o Wilson Weber Cordasso? Qual era a posição dele na...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Conrado era um piloto, na época.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era um piloto.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Cumpria missão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cumpria missão?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, cumpria missão. O que se fosse passado para ele, ele tinha de fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não foi ele o responsável para intermediar a colocação do veículo com explosivo no Fórum Mário Guimarães?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Então... Foi exatamente, que foi pego numa gravação tudo. Ele foi o responsável, mas... No fórum, não é, que o senhor está dizendo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, no fórum.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Então, no fórum. No fórum, já foi outra responsabilidade. Foi uma atitude tomada que esse carro... Foi o primeiro carro que foi montado. Esse carro não era pra ir pro fórum, na realidade. Esse carro foi pro fórum, na realidade, mas os caras puseram o carro no fórum mas tiraram o dispositivo que era pra explodir o carro, na realidade. Quem levou o carro tirou o dispositivo. O carro não ia explodir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que foi pra lá?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Foi só pra dar um susto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só pra dar mesmo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, só pra dar um susto. Os caras ficaram com medo e tirou o dispositivo do carro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem uma figura no comando que tem uma relação mais de preparar manifestos, de ter relação com a imprensa. Era o papel de (?) Luciê Lili Zá?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente. Luciê tem mais facilidade, é uma pessoa mais culta. Então, ele fazia um papel de relação pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Também tinha vinculação com jornalistas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ele tinha. Ele conversava com várias pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conseguia plantar matérias também em jornais?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente, pra fora.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pra fora?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, pra fora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Assessora de imprensa. Só pra fazer uma perguntinha: existia da organização, ou existem, se você sabe se ainda existem pilotos, como vocês chamam, em outro sistema penitenciário que não no Estado de São Paulo? Ou seja, vocês têm pilotos no Rio, têm pilotos...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - No Rio, não. No Rio, quem manda no Rio é o Rio mesmo. O PCC não consegue mandar no Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem manda no Rio de Janeiro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - As únicas pessoas que estiveram no Rio de Janeiro foram eu e o César. A única união que foi feita no Rio, o César fez com o Comando Vermelho e eu fiz com o Terceiro Comando, no Rio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você fez com o Terceiro Comando onde?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, no Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Lá no...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - No Bangu 1.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No Bangu 1, direto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu morava numa galeria do Terceiro e o César morava na galeria do Comando Vermelho, coisa que era inédito lá, porque os 2 não se dão. São que nem Israel e Palestina. Então, não tem condições.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quer dizer, lá o PCC não entra?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, o PCC...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E conseguiram fazer um acordo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu consegui conhecer um pouco do Terceiro e o César conhecer um pouco do Comando Vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O César ficou junto com o Chapolim, não foi?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ficou junto com o Chapolim; ficou e tal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, então no Rio... E mais onde? Por exemplo, no Mato Grosso do Sul vocês conseguiram também infiltrar pilotos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - No Mato Grosso ficou piloto porque nós passamos por lá, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas ficaram?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ficaram.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E estão até hoje?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas só no Mato Grosso do Sul e São Paulo. Onde mais?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Mato Grosso, Dourados...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Dourados...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Dourados...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Paraná.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Paraná, também?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Londrina, Maringá... São as penitenciárias que nós passamos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por onde vocês passaram, vocês deixaram pilotos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E esses pilotos continuam ...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, esses daí eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E agora uma pergunta: nesses locais há pilotos dentro e fora também?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque esses pilotos passaram a dar seqüência e começaram também a batizar as pessoas lá fora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou seja, de alguma maneira, vocês plantaram a semente do PCC em outros Estados da Federação. Então, no Paraná...



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - No Estado do Paraná, ficou plantado o PCP, Primeiro Comando do Paraná.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas com a mesma filosofia?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - E ele cresceu... Com a mesma filosofia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só não conseguiram entrar no Rio. E aí, quando você tentou, quer dizer, qual era a articulação Comando Vermelho, Terceiro Comando que você e o Cezinha fizeram?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Terceiro Comando, e Comando Vermelho eu não segui.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei que não. Qual é o teu maior contato no Terceiro Comando?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Ah, eu tenho contato com várias pessoas de lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas entre Terceiro ... quando você conseguiu... você disse que em determinado momento você conseguiu... com o Terceiro Comando... o Cezinha é Comando Vermelho?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, aí, em algum momento vocês chegaram a articular?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, nós sentamos, mas eu deixei bem claro: nós não tínhamos nada a ver com a guerra do Comando Vermelho e o Terceiro Comando. O PCC não se meteria nessa guerra, e eles também não teriam que opinar contra nós em nada, que na época eles tentaram fazer uma pressão, porque acharia que eu tinha de mudar pra galeria do Comando Vermelho, porque o Terceiro Comando era o inimigo. Aí eu falei: *“Não, quem manda em mim sou eu, no Terceiro Comando”*.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Só uma pergunta que você fez. Ele falou que o PCC não entra no Rio. E o inverso é verdadeiro? O Rio entra em São Paulo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não... O Rio entra em São Paulo. Não é que o PCC, ele não entra no Rio, ele não opta como ele opta em São



Paulo, porque houve uma época em que o Comando Vermelho e o PCC, eles estavam juntos, mas houve um monte de atentado no Rio de Janeiro e era pro PCC em São Paulo fazer também e o PCC não fez, então ficou balançado.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Continua daí então.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Existia uma organização entre o Comando Vermelho e o PCC?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, esse pacto...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É um pacto?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É um pacto que foi feito pelo César.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pelo César?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pelo César, que morava na galeria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E que atividades foram feitas pelo Comando Vermelho no Rio que vocês não fizeram, não repetiram em São Paulo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, houve um monte de atentados no Rio de Janeiro, aqueles atentados aos ônibus da Polícia.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aquele da Prefeitura, os ônibus.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Vários atentados que em São Paulo, na época, o PCC não fez, e o PCC tinha sido comunicado que era pra cooperar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E não cooperou?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não cooperou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não fez em São Paulo e aí rompeu-se o acordo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, rompeu porque eles faz a deles...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, de qualquer jeito, vocês não fazem troca de arma, troca de droga?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, existe...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Existe negócio?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, amizade existe, não existe uma irmandade, não existe um compromisso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, irmandade eu sei que não. Mas existe negócio? Ou seja...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Existe negócio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vocês mandam droga, eles mandam arma.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É mais fácil eles mandar as armas e a droga, tudo, não é? Eles têm mais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eles têm mais do que vocês?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque eles têm também o irmão deles aqui preso em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem são?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Tem o carioca, tem um monte.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Marquinhos carioca... não, o carioca é outro.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Emes São Paulo, então, quer dizer, eles sempre tão em contato, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse contato é...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então é mais fácil conseguir arma no Rio e mandar pra São Paulo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É mais fácil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E droga também? Mas os contatos de compra são os mesmos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, tem outros.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada. Continuo, Sr. Presidente, na reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobres colegas, Márcio, eu queria voltar um pouquinho mais pra questão específica desta nossa Comissão que aborda o tráfico internacional de armas. Daí por que algumas perguntas que vou fazer no primeiro momento pode não ter uma vinculação direta,



mas, em seguida, você vai compreender a razão da pergunta. Existe um piloto dentro e existe um piloto fora?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esse piloto fora é escolhido pelo piloto de dentro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sempre com a concordância do Comando...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Primeiro escalão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...na época até 2000, comandado por você. A ação desse piloto de fora, o que ele faz lá fora, quem acompanha pra poder dizer pro piloto de dentro que ele está cumprindo a missão dele ou, por exemplo, está desviando verba, não está fazendo como deveria? Quem é o acompanhante, ou seja, o amigo?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É aí que está o negócio, a gente confia na lealdade da pessoa. Muitas vezes tem pessoas que estão de olho, e muitas vez não, a gente confia na palavra dele, porque a palavra dele na rua é a palavra final. O que ele passar pra nós aqui dentro...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É o que vale?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É o que vale. Agora, amanhã ou depois, se for descoberto...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi. Então, não tem uma fiscalização externa sobre isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, não tem uma fiscalização.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A lealdade fez com que ele fosse escolhido...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A lealdade, confiado na lealdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O que ele fala vale.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Na lealdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele fazia o contato com o piloto de dentro dizendo, por exemplo: olha, tem uma quantidade de armas a ser vendida por



tanto. Tem interesse? O piloto de dentro obviamente consultava o Comando, o Comando dizia “tem interesse”, repassava, e ele, com o dinheiro que o próprio PCC arrecadava, fazia a aquisição da arma?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aí a minha pergunta: numa sessão reservada, a gente teria condições de conversar um pouco sobre esses pilotos externos, especificamente no que tange à compra de armas?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O próximo, Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Reginaldo Germano.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - José Márcio, há algumas coisas que nós aqui estávamos ouvindo e ficamos um pouco em dúvida. Vou começar pela questão do ex-Prefeito Toninho do PT. Há uma relação? Porque você disse que o Andinho havia te revelado que o Toninho estava atrapalhando alguns negócios e que, fatalmente, nesses negócios também estavam incluídas armas, ou tráfico ou movimento de armas pra lá e pra cá.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Certo? Agora, não consegui entender como é que foi que esse Prefeito pôde ter sido assassinado, já que o Andino confessou, por causa dessa questão, se ele estava dentro de um veículo blindado?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ah, não. Certo. Desculpa, desculpa, desculpa. Certo. Agora eu voltei. Então, vou reformular aqui as minhas idéias, eu fui por outro lado. Você disse aqui também no depoimento que lá na Bahia foi batizado alguém, para que pudesse lá também ser implantada a idéia do PCC em relação a drogas, a armas, à organização criminosa. Pergunta que eu te faço: foi o Ravengar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, quem batizou as pessoas lá foi o Wanderjão, que estava lá.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas, esses batizados lá, você porventura tem informação se um desses que foram batizados tem o nome de Ravengar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu estou lhe fazendo essa pergunta porque há em Salvador, hoje há um inquérito policial muito grande, e um grande traficante de armas com o mesmo *modus operandi* do PCC...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Sei.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Você sabe disso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Sei.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ... de nome Ravengar surgiu no cenário assim... a gente não sabe se ele vinha operando há muito tempo. Até acredito que não, porque aquela nossa CPI do Narcotráfico, Deputada Laura, ela não conseguiu passar nem pelo cheiro dele quando nós passamos na Bahia, desse Ravengar. E, anos depois, uns 3 anos depois ou 4 anos depois surge o Ravengar como grande e poderoso. Mas tão grande que era impossível a gente não ter pelo menos sentido o cheiro dele. Então, é por isso que foi essa a minha pergunta. Agora, a outra pergunta que eu fiquei pra fazer: em relação a esses advogados que faziam esse negócio de comprar, vender, transportar, trocar armas, esses advogados ainda estão vivos ou já morreram?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Que eu tenho conhecimento, só um que morreu, que é a Dra. Ana.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, os outros continuam vivos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Continuam vivos. Uns acho que ainda está até preso, outros já saíram.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não estão mais atuando dentro desse...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não? Outra pergunta: quando você criou o PCC — não é isso? —, qual era a idéia na criação do PCC? O que você queria fazer, qual era a organização que você queria montar quando criou o PCC? Qual era a idéia?



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - A idéia, na realidade, era o quê? Era combater as injustiças que nós vínhamos sofrendo dentro do sistema carcerário na época, a ditadura que era implantada em cima de nós. Então, a idéia era unir a população carcerária. Pra quê? Pra combater as injustiça que acontecia dentro do sistema carcerário e conseguir um espaço mais amplo para todos. Essa era a idéia.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Por causa dessas injustiças saíram muitas ordens de dentro do presídio por parte de vocês, que lideravam o PCC, para a morte de policiais e de servidores do sistema penitenciário?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Nessa época que começou, não, porque o PCC não tinha essa força. Nós lutava com a garra lá dentro do sistema mesmo. Era fazendo rebelião, tentando forçar a secretaria de uma forma ou de outra a reconhecer os nossos direitos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, não tinha ação criminosa ainda?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não tinha, não tinha. No começo, não tinha...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não era pensamento?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, não era.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O pensamento era uma organização de detentos?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente, combater as injustiça que acontecia dentro do sistema, ali, interno, não tinha saído pra fora.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E como foi que vocês exteriorizaram o PCC ou trouxeram ele pra fora do presídio?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Porque aí já veio a necessidade, porque as coisas foram crescendo, já havia a necessidade de expandir ele pra fora. E, com a época do telefone, que começou a ter acesso dentro da prisão, se tornou mais fácil o contato, porque primeiro a gente precisava de um contato, precisava mandar uma carta, e nada se poderia escrever por uma carta. O senhor tinha de esperar uma pessoa passar no trânsito da penitenciária, pra passar um recado, pra essa pessoa chegar até Venceslau, ia demorar um mês, 15 dias pra esse recado poder voltar. Dificultava os contatos, a comunicação. Ou era através de



uma rebelião ou era através de um ato violento que chegava ao conhecimento do outro na outra penitenciária.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Hoje, o PCC ainda atua?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Atua?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E você, certamente, tem informações. Pode não estar mais à frente. Parece que você falou que não está mais à frente?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não estou mais à frente, mas eu venho acompanhando os passos do PCC, porque existe uma guerra entre nós, então eu tenho que estar acompanhando os passos dele passo a passo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Claro. Pra saber onde é que...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ... onde é que eles podem te pegar, no caso, não é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Corretamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ou qual presídio ou qual lugar que você pode chegar que eles...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Que eu possa chegar até eles também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me concede um aparte? Você está preso num seguro?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu estou na Penitenciária de Osvaldo Cruz, penitenciária isolada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, isolada. Mas, quer dizer, é um seguro propriamente...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, ali é uma penitenciária que não existe perigo, que não existe facção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ele disse que tá vigiando, porque, por exemplo, o PCC pode armar pra que ele caia numa tal...



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, isso pode acontecer diversos. Um preso, no sistema penitenciário, ele só morre, na realidade, se as autoridade quiser.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Permitirem.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E em relação à entrada de armas na sua gestão, quando você estava à frente do PCC, entrada de armas, porque não se faz uma rebelião grande dentro de um presídio se...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não... corretamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - ... se não houver armas.

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Eu fiz... eu fiz uma rebelião... uma rebelião, não, uma tentativa de fuga em Sorocaba. Eu coloquei 4 arma pra dentro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Germano, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O.k.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Geleirão falou agora há pouco uma coisa que é grave, ele disse que só morre alguém no sistema se a autoridade quiser. Eu acho que tem que explorar isso que ele está falando, pra gente ver essa responsabilização da autoridade que permite que aquela pessoa que está sob a sua guarda seja morta.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É, eu acredito que o Geleirão quis dizer o seguinte: que a organização do PCC de fora da cadeia, ele pode mobilizar a Justiça... Sim, mas digo, ele pode mobilizar a Justiça de fora pra dentro, pra que ele seja colocado num lugar onde ele vai morrer. É isso mais ou menos que você quis falar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, pode ser assim ou como pode ser de outra forma.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E qual outra forma?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Existem várias. As pessoas podem ir de transferência pra uma penitenciária, a própria administração, sabendo que aquele preso não pode entrar dentro daquela penitenciária, mas entra na convivência e deixa entrar.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É isso. Então, o preso...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - O senhor faz um trabalho de infiltração, o senhor manda 3, 4 presos tipo que está indo pro seguro, está indo, mas está fazendo um trabalho de infiltração. E nós já fizemos esse trabalho de infiltração quando foi montada a facção CDL, Primeiro Comando Democrático da Liberdade, que foi montada pelas próprias autoridades.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pelas próprias autoridades?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então é isso...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Pra combater o PCC.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quer dizer...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Então, o PCC não entrava na penitenciária de Avaré na época, por quê? Porque a própria coordenadoria do sistema prisional tinha montado um comando dentro. Pra quê? Pra que quem chegasse do PCC dentro, eles não tinham ordem de matar, mas eles andavam com arma, eles tinham... eles espancavam funcionário lá dentro e quem chegava, eles espancavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quem fez esse CDL? Foi quando isso?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Isso foi... Logo depois do surgimento do PCC, aí surgiu o CDL, em 95, por aí.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ainda existe esse tipo de comando?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. O CDL, no fim, ele foi... a guerra foi tanta que foi morrendo quase todos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - A guerra do CDL com...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Do CDL com o PCC, foram tantas que o CDL chegou a uma base de ter uns 800 presos, e acho que morreram quase todos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Existiam juízes que eram coniventes com a atuação do...



O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Quem era convivente, na época, com o CDL era o atual, que era, na época, o coordenador Lourival Gomes. Porque ele era o padrinho... ele era o padrinho...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Era o padrinho do...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Como coordenador é padrinho de uma facção...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Como é?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não, mas a facção tem nome bonito. Aqui, ela não foge, aqui, não faz rebelião. Agora, se chegar alguém do PCC, pode bater, pode espancar...

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Pode matar?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - E está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E botava arma para dentro, também, coisa assim?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Eles tinha arma lá dentro. Eles tinham arma. Isso foi fato, porque, depois, com a nova troca da secretaria, desmantelou tudo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o nome do juiz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode perguntar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o nome do juiz que você falou?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não era juiz, era coordenador, na época, o Lourival Gomes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Coordenador do sistema?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Era o Coordenador do Sistema.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Isso. Então, vou voltar à pergunta: havia magistrado, havia juízes que eram coniventes com a atuação de vocês?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Na época da secretaria... dessa secretaria que tinha no sistema, muitos secretários, eles não eram conviventes conosco, mas eles eram conviventes com essas facção pra nos combater, porque não obedecíamos eles, porque eles sabiam que nós queríamos



combater as injustiças que eles cometiam; os roubos que eles cometiam; as verbas que eram nossas, que não chegavam até nós; os nossos direitos que eles tiravam, através do vil metal; as internações que eles mandavam pra Taubaté, na época, e tinha que sair de lá depois que pagasse um dinheiro.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Agora, José Márcio, a última pergunta que eu vou fazer, tirar outra dúvida que tem me incomodado muito: essas ações na FEBEM, essas constantes rebeliões, fugas, tem alguma coisa... o PCC tem alguma coisa a ver com isso, nessa formação?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Não. Não existe nada de PCC com os caras da FEBEM, com os moleques do PCC. Os moleques estão tomando uma atitude, porque, o que eles estão achando: eles viram que o Governo tomou uma atitude contra eles. Aí, de repente, vieram outras pessoas e acharam que eles não podiam estar isolados num presídio tal... então, quer dizer, que vai criando força. Então, a força está se criando, porque não está sendo... O adolescente é uma coisa, o infrator é outra. Perdeu o controle.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Quer dizer, então, que você acha que ali é uma perda de controle?

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - É, porque eles também vêm se espelhando. Se espelharam.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Se espelharam na ação...

O SR. JOSÉ MÁRCIO FELÍCIO DOS SANTOS - Houve a megarrebelião do sistema prisional; houve várias rebeliões... os contatos, as notícias correm. Então, quer dizer, hoje, você vai ver lá dentro da FEBEM, são 18 anos, 20 anos que tem rapaz lá dentro.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O.k. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Eu pergunto aos Deputados Neucimar Fraga e Arnaldo Faria de Sá se nós poderíamos deliberar sobre a transformação da sessão em reservada. Pergunto se...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - De acordo, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De acordo?

Então, eu coloco em discussão para fazermos a sessão reservada.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De acordo, mas eu queria prioridade na lista, aí, na hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Exa. a palavra, prioritariamente.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam em transformar a sessão reservada permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, a sessão, automaticamente, vai se transformar em reservada.

Antes, porém, eu vou colocar em discussão a ata. Se for necessária a leitura, eu gostaria de saber do Plenário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi solicitada a dispensa, até porque todos já a têm em mãos, têm conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

Então, a ata da 17^o reunião. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Peço à segurança para que só Deputados e seguranças fiquem dentro do recinto. A sessão será reservada, não será mais transmitida. Eu peço, inclusive, que tirem o som ambiente dos microfones. A reservada continua gravada, apesar de que em rito sigiloso. Só que o som ambiente pode ser retirado, até para não vazar nada para fora.

A partir de agora, tudo o que for dito aqui não significará responsabilidade penal, criminal para V.Sa. nesta sessão reservada, neste momento.

(A reunião foi transformada em reservada.)